



CARTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS DO CONCELHO DE CASCAIS

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

VOLUME 1



Ficha Técnica

Promotor:

Câmara Municipal de Cascais
Departamento de Planeamento Estratégico/ Divisão de Planeamento de Infra-estruturas e Equipamentos

Elaboração do Estudo/ Adjudicatário:

CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda

Direcção:

António d'Orey Capucho
Presidente da Câmara Municipal de Cascais

Coordenação:

Vitor Guerreiro da Silva, Mestre Arquitecto Paisagista
Director do Departamento de Planeamento Estratégico

Isabel Pinto Gonçalves, Arquitecta
Directora do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Sócio-Territorial

Carlos Filomeno dos Santos, Geógrafo
Chefe da Divisão de Planeamento de Infra-estruturas e Equipamentos

Vanda de Sá Carvalho, Socióloga
Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde

Participação:

Departamento de Planeamento Estratégico:

António Augusto, Mestre Arquitecto
Paulo Tinoco Mendes, Arquitecto
Gonçalo Diniz, Engenheiro Civil
João Montes Palma, Arquitecto

Departamento de Habitação e Desenvolvimento Sócio-Territorial:

Luísa Cipriano, Técnica Superior de Serviço Social
Sónia Garcia, Técnica Superior de Serviço Social
Teresa Bettencourt, Engenheira
Teresa Vicente, Socióloga

Colaboração institucional de outras Unidades Orgânicas da CMC

GEST - Gabinete de Estatística
GSIG - Gabinete do Sistema de Informação Geográfica
PPDM - Projecto de Revisão do Plano Director Municipal

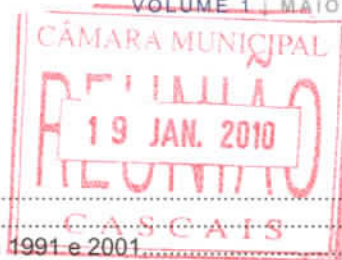
Índice Geral



0. NOTA DE ABERTURA.....	10
1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1. ÂMBITO E OBJECTIVOS.....	15
1.2. PERCURSO METODOLÓGICO.....	20
1.3. NOTA METODOLÓGICA DO PROCESSO DE RECENSEAMENTO.....	22
2. LEITURA SÍNTESE DO CONTEXTO SOCIAL DO CONCELHO DE CASCAIS.....	26
2.1. ELEMENTOS DE PARTIDA.....	26
2.1.1. <i>O contexto territorial</i>	26
2.1.2. <i>As leituras relevantes</i>	27
2.1.3. <i>As escalas pertinentes</i>	28
2.2. DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS.....	29
2.2.1. <i>Análise diacrónica das dinâmicas demográficas</i>	29
2.2.2. <i>Análise das principais problemáticas associadas às dinâmicas demográficas</i>	32
2.3. QUESTÕES SÓCIO-ECONÓMICAS.....	37
2.4. SAÚDE.....	46
2.5. ÁREAS URBANAS CRÍTICAS.....	53
3. PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS.....	66
3.1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	66
3.2. METODOLOGIA ADOPTADA: MODELO COHORT-SURVIVAL.....	66
3.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS PROSPECTIVOS.....	69
3.4. CENÁRIOS DEMOGRÁFICOS: IMPACTES NA PROCURA DE RESPOSTAS SOCIAIS.....	73
4. ANÁLISE DA OFERTA DE EQUIPAMENTOS.....	76
4.1. INTRODUÇÃO.....	76
4.2. PADRÃO TERRITORIAL DE DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS ASSOCIADAS.....	77
4.3 ENTIDADES GESTORAS DOS EQUIPAMENTOS.....	79
4.4. CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS EQUIPAMENTOS.....	82
4.4.1. <i>Início de funcionamento</i>	82
4.4.2. <i>Fontes de financiamento para a instalação dos equipamentos</i>	83
4.4.3. <i>Tipologia de instalações</i>	84
4.4.4. <i>Tipologia de construção</i>	84
4.4.5. <i>Regime de ocupação</i>	85
4.5. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO.....	86
4.5.1. <i>Nível de conforto</i>	86
4.5.2. <i>Qualidade ambiental</i>	86
4.5.3. <i>Autonomia</i>	87
4.5.4. <i>Estado de conservação</i>	88
4.5.5. <i>Segurança</i>	88
4.5.6. <i>Acessibilidade e mobilidade</i>	89
4.5.7. <i>Funcionalidades</i>	92
4.5.8. <i>Condições operacionais</i>	95
4.5.9. <i>Principais problemas existentes</i>	96
4.5.10. <i>Fontes de financiamento para o funcionamento</i>	97
4.6. INVESTIMENTOS.....	97
4.6.1. <i>Ampliação de Respostas Sociais</i>	97
4.6.2. <i>Reforço dos recursos humanos</i>	99
5. ANÁLISE DA OFERTA DE RESPOSTAS SOCIAIS.....	102
5.1. INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	102
5.1.1. <i>Acolhimento Familiar</i>	102
5.1.2. <i>Ama</i>	103

5.1.3. Creche.....	105
5.1.4. Creche Familiar.....	109
5.1.5. Estabelecimento de Educação Pré-Escolar.....	112
5.1.6. Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas.....	116
5.1.7. Centro de Acolhimento Temporário.....	124
5.1.8. Centro de Férias.....	126
5.1.9. Clube de Jovens.....	126
5.1.10. Lar de Crianças e Jovens.....	128
5.2. REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	131
5.2.1. Acessibilidade ao Banho de Mar.....	132
5.2.2. Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-culturais.....	132
5.2.3. Centro de Actividades Ocupacionais – CAO.....	135
5.2.4. Centro de Apoio Sócio-Educativo / Educação Especial para Crianças e Jovens.....	140
5.2.5. Centro de Férias.....	143
5.2.6. Lar de Apoio/Lar Residencial.....	143
5.2.7. Transporte de Pessoas com Deficiência.....	147
5.3. IDOSOS.....	149
5.3.1. Centro de Convívio/Academia.....	149
5.3.2. Centro de Dia.....	154
5.3.3. Lar.....	158
5.3.4. Residência.....	161
5.4. PARA A FAMÍLIA E COMUNIDADE.....	161
5.4.1. Apoio Alimentar.....	161
5.4.2. Bolsas Alimentares.....	163
5.4.3. Atendimento a População Imigrante.....	165
5.4.4. Atendimento a Vítimas de Violência.....	167
5.4.5. Centro Comunitário / Centro de Recursos para a Comunidade.....	168
5.4.6. Refeitório/Cantina Social.....	172
5.4.7. Apoio Social Genérico.....	172
5.5. PESSOAS COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E SUAS FAMÍLIAS.....	173
5.5.1. Apartamento de Reinserção Social.....	174
5.5.2. Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial (CAAP).....	175
5.5.3. Comunidade terapêutica.....	176
5.5.4. Equipa de Apoio Social Directo.....	178
5.5.5. Grupo de Auto-ajuda.....	179
5.5.6. Unidade de Dia.....	180
5.6. PESSOAS INFECTADAS E AFECTADAS PELO VIH/SIDA.....	183
5.6.1. Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial (CAAP).....	183
5.6.2. Residência.....	185
5.7. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA.....	187
5.7.1. Apoio Domiciliário.....	187
5.8. PESSOAS COM DOENÇA MENTAL.....	192
5.8.1. Centro Residencial.....	192
5.8.2. Fórum Sócio-Ocupacional.....	195
5.9. OUTROS.....	196





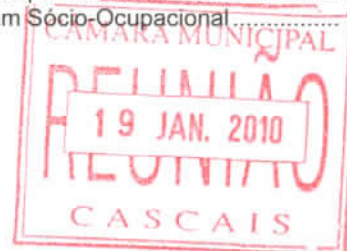
Índice de Quadros

Quadro 1 – Taxa de resposta, por freguesia (%).....	23
Quadro 2 – Inquéritos reenviados (%).....	23
Quadro 3 – População residente por freguesia no concelho de Cascais, em 1991 e 2001.....	29
Quadro 4 – Índice de envelhecimento populacional, em 1991 e 2001.....	31
Quadro 5 – Taxa de Desemprego (em sentido lato), em 1991 e 2001 (%).....	38
Quadro 6 – População jovem desempregada, segundo níveis de instrução, no concelho de Cascais, em 1991 e 2001.....	40
Quadro 7 – População empregada e desempregada, no concelho de Cascais, em 1991 e 2001 (%).....	41
Quadro 8 – Desempregados por tempo de inscrição e grupo etário, no fim do mês de Agosto, no Centro de Emprego de Cascais, entre 1999 e 2001.....	42
Quadro 9 – Indicadores relativos à população residente em Cascais, portadora de deficiência, em 2001 (N.º).....	43
Quadro 10 – Pensões de invalidez e velhice, em vigor a partir de 1 de Dezembro de 2004.....	46
Quadro 11 – Doentes registados, segundo grupos de patologias, em Portugal, em 2001 (n.º).....	50
Quadro 12 – Índice de segregação para as principais nacionalidades, para a AML e Cascais, 1991 e 2001.....	60
Quadro 13 – Indicadores socioprofissionais dos principais grupos de nacionalidades em Cascais, em 2001 (%).....	61
Quadro 14 – População recenseada pelo PER – freguesias de Cascais, 1993.....	62
Quadro 15 – Indicadores globais ilustrativos das carências dos principais grupos de nacionalidades em Cascais, em 2001 (%).....	64
Quadro 16 – Projecções demográficas, por freguesia, para 2011 – Cenário Tendencial.....	70
Quadro 17 – Projecções demográficas, por freguesia, para 2011 – Cenário Expansionista e Regressivo.....	71
Quadro 18 – Projecções demográficas, por freguesia, para 2016 – Cenários Tendencial, Expansionista e Regressivo.....	72
Quadro 19 – Cenários demográficos e impactes na procura das Respostas Sociais.....	74
Quadro 20 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por freguesia (nº).....	77
Quadro 21 – Equipamentos segundo as Respostas Sociais inquiridas, por freguesia (nº).....	78
Quadro 22 – Equipamentos segundo as Respostas Sociais não inquiridas, por freguesia (nº).....	79
Quadro 23 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por tipologia de entidade gestora (n.º).....	80
Quadro 24 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por âmbito geográfico de actuação (%).....	80
Quadro 25 – Entidades gestoras segundo o número de freguesias em que dispõe de equipamento.....	81
Quadro 26 – Entidade por número de domínios (%).....	81
Quadro 27 – Equipamento segundo o domínio de actuação, por ano de criação (%).....	83
Quadro 28 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por fontes de financiamento (%).....	83
Quadro 29 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por tipologia de instalação (%).....	84
Quadro 30 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por adequação à função (%).....	85
Quadro 31 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por regime de ocupação (%).....	85
Quadro 32 – Nível de conforto dos equipamentos segundo o domínio de actuação (%).....	86
Quadro 33 – Qualidade ambiental dos equipamentos segundo o domínio de actuação (%).....	87
Quadro 34 – Autonomia dos equipamentos segundo o domínio de actuação (%).....	87
Quadro 35 – Estado de conservação dos equipamentos segundo o domínio de actuação (%).....	88
Quadro 36 – Condições de segurança dos equipamentos segundo o domínio de actuação (%).....	89
Quadro 37 – Oferta de estacionamento nos equipamentos (% do total de respostas).....	89
Quadro 38 – Oferta de estacionamento para deficientes.....	90
Quadro 39 – Lugares de estacionamento segundo o domínio de actuação (nº médio).....	90
Quadro 40 – Lugares de estacionamento nos equipamentos segundo o domínio de actuação (nº médio).....	91
Quadro 41 – Lugares de estacionamento para deficientes nos equipamentos segundo o domínio de actuação (nº médio).....	91
Quadro 42 – Acessibilidade ao edifício, segundo o domínio de actuação (%).....	91
Quadro 43 – Condições de instalação de rampa de acesso nos equipamentos segundo o domínio de actuação (%).....	92
Quadro 44 – Condições de instalação de dispositivo mecânico nos equipamentos, segundo o domínio de actuação (%).....	92
Quadro 45 – Condições de instalação de vão livre da porta principal \geq 90cm nos Equipamentos segundo o domínio de actuação (%).....	92
Quadro 46 – Funcionalidades dos equipamentos por segundo o domínio de actuação (%).....	93
Quadro 47 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por qualidade operacional (%).....	96
Quadro 48 – Equipamentos segundo o domínio de actuação por problemas apresentados (%).....	96
Quadro 49 – Fontes de financiamento para o funcionamento dos equipamentos, segundo o domínio de actuação (%).....	97
Quadro 50 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por ano, com necessidade de ampliação (%).....	98
Quadro 51 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por ano de início de funcionamento, com necessidade de contratação de recursos humanos (%).....	100
Quadro 52 – Horário de abertura e encerramento na Resposta Social Ama.....	103

Quadro 53 – Habilitações dos recursos humanos afectos à Resposta Social Ama.....	104
Quadro 54 – Proveniência dos utentes da Resposta Social Creche (%).....	107
Quadro 55 – Fontes de financiamento da Resposta Social Creche Familiar.....	110
Quadro 56 – Utentes por idade na Resposta Social Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, segundo a tutela, em 2003/2004 (N.º).....	113
Quadro 57 – Proveniência dos utentes da Resposta Social Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar (%).....	114
Quadro 58 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar.....	114
Quadro 59 – Proveniência dos utentes dos ATL com e sem fins lucrativos (%).....	122
Quadro 60 – Habilitações dos recursos humanos dos ATL (nº).....	124
Quadro 61 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centros de Acolhimento Temporário.....	125
Quadro 62 – Serviços prestados na Resposta Social Clube de Jovens.....	127
Quadro 63 – Utentes e respectiva capacidade máxima de cada Lar de Crianças e Jovens, no Concelho de Cascais (nº).....	129
Quadro 64 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Lar de Crianças e Jovens (%).....	130
Quadro 65 – Horário de abertura e encerramento da Resposta Social Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais.....	132
Quadro 66 – Serviços prestados na Resposta Social Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais (nº).....	133
Quadro 67 – Fontes de financiamento na Resposta Social Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais (nº).....	133
Quadro 68 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais.....	134
Quadro 69 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais.....	135
Quadro 70 – Horário de abertura e encerramento na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais.....	136
Quadro 71 – Serviços prestados na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais (nº).....	136
Quadro 72 – Fontes de financiamento na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais.....	137
Quadro 73 – Utentes na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais (nº).....	137
Quadro 74 – Proveniência dos utentes na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais.....	138
Quadro 75 – Recursos humanos na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais.....	138
Quadro 76 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais.....	139
Quadro 77 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais.....	139
Quadro 78 – Investimentos previstos na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais.....	140
Quadro 79 – Função dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Apoio Sócio-Educativo/Educação Especial para Crianças e Jovens.....	142
Quadro 80 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Apoio Sócio-Educativo/Educação Especial para Crianças e Jovens.....	142
Quadro 81 – Década de abertura dos equipamentos na Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial (nº).....	143
Quadro 82 – Serviços prestados na Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial (nº).....	144
Quadro 83 – Evolução do número de utentes da Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial.....	144
Quadro 84 – Função dos recursos humanos da Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial.....	146
Quadro 85 – Habilitações dos recursos humanos da Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial.....	146
Quadro 86 – Vínculo contratual dos recursos humanos da Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial.....	146
Quadro 87 – Evolução do número de utentes da Resposta Social Transporte de Pessoas com Deficiência.....	147
Quadro 88 – Serviços prestados na Resposta Social Centro de Convívio/Academia (nº).....	150
Quadro 89 – Fontes de financiamento na Resposta Social Centro de Convívio/Academia (nº).....	150
Quadro 90 – Proveniência dos utentes na Resposta Social Centro de Convívio/Academia.....	151
Quadro 91 – Localização dos Centro de Convívio/Academia.....	151
Quadro 92 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Convívio/Academia.....	152
Quadro 93 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Convívio/Academia.....	153
Quadro 94 – Vínculo Contratual dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Convívio/Academia.....	153
Quadro 95 – Serviços prestados pelas entidades com e sem fins lucrativos na Resposta Social Centro de Dia (nº).....	155
Quadro 96 – Proveniência dos utentes na Resposta Social Centro de Dia.....	156
Quadro 97 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Dia.....	157
Quadro 98 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Dia.....	157
Quadro 99 – Serviços prestados na Resposta Social Lar.....	158
Quadro 100 – Fontes de financiamento na Resposta Social Lar.....	159
Quadro 101 – Evolução do número de utentes na Resposta Social Lar.....	159
Quadro 102 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Lar (%).....	160
Quadro 103 – Serviços prestados na Resposta Social Apoio Alimentar.....	162
Quadro 104 – Evolução do número de utentes na Resposta Social Apoio Alimentar.....	162
Quadro 105 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Apoio Alimentar.....	163
Quadro 106 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Apoio Alimentar.....	163
Quadro 107 – Equipamentos com a Resposta Social Bolsas Alimentares.....	163
Quadro 108 – Utentes na Resposta Social Bolsas Alimentares (nº).....	164
Quadro 109 – Instituições com a Resposta Social Atendimento a População Imigrante.....	165



Quadro 110 – Serviços prestados na Resposta Social Atendimento a População Imigrante (%)	165
Quadro 111 – Fontes de financiamento na Resposta Social Atendimento a População Imigrante	165
Quadro 112 – Utentes na Resposta Social Atendimento a População Imigrante (nº)	166
Quadro 113 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Atendimento a População Imigrante.....	166
Quadro 114 – Serviços prestados na Resposta Social Atendimento a Vítimas de Violência	167
Quadro 115 – Utentes na Resposta Social Atendimento a Vítimas de Violência (nº).....	167
Quadro 116 – Utentes na Resposta Social Atendimento a Vítimas de Violência (nº).....	168
Quadro 117 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Atendimento a Vítimas de Violência	168
Quadro 118 – Horário de abertura e de encerramento na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos	169
Quadro 119 – Serviços prestados na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos	169
Quadro 120 – Fontes de financiamento na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos	170
Quadro 121 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos	170
Quadro 122 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos...	170
Quadro 123 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos	171
Quadro 124 – Potencialidades e constrangimentos na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos..	171
Quadro 125 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Refeitório/Cantina Social	172
Quadro 126 – Entidades que Prestam Serviços de Apoio Social Genérico.....	173
Quadro 127 – Entidades por Freguesia na Resposta Social Apoio Social Genérico	173
Quadro 128 – Utentes em 2004, por género e idade.....	174
Quadro 129 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Apartamento de Reinserção.....	175
Quadro 130 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Apartamento de Reinserção.....	175
Quadro 131 – Função dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial.....	176
Quadro 132 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial.....	176
Quadro 133 – Evolução do número de utentes na Resposta Social Comunidade Terapêutica	177
Quadro 134 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Comunidade Terapêutica	177
Quadro 135 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Comunidade Terapêutica	177
Quadro 136 – Vínculo Contratual dos recursos humanos na Resposta Social Comunidade Terapêutica	178
Quadro 137 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Equipa de Apoio Social Directo	179
Quadro 138 – Vínculo Contratual dos recursos humanos na Resposta Social Equipa de Apoio Social Directo	179
Quadro 139 – Locais de reunião dos grupos de Auto-ajuda das Famílias Anónimas.....	180
Quadro 140 – Serviços prestados na Resposta Social Unidade de Dia	181
Quadro 141 – Utentes na Resposta Social Unidade de Dia (nº)	181
Quadro 142 – Utentes em 2004, por género e idade, Unidade de Dia da Casa Jubileu 2000 (nº).....	181
Quadro 143 – Função dos recursos humanos na Resposta Social Unidade de Dia	182
Quadro 144 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Unidade de Dia	182
Quadro 145 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Unidade de Dia.....	183
Quadro 146 – Serviços prestados na Resposta Social CAAP – VIH/SIDA.....	184
Quadro 147 – Utentes na Resposta Social CAAP – VIH/SIDA (nº).....	184
Quadro 148 – Caracterização dos Utentes por Dominância na Resposta Social CAAP – VIH/SIDA	184
Quadro 149 – Função dos Recursos Humanos na Resposta Social CAAP – VIH/SIDA	185
Quadro 150 – Habilitações dos Recursos Humanos na Resposta Social CAAP – VIH/SIDA	185
Quadro 151 – Vínculo Contratual dos Recursos Humanos na Resposta Social CAAP – VIH/SIDA	185
Quadro 152 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Residência	186
Quadro 153 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Residência.....	186
Quadro 154 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Residência.....	186
Quadro 155 – Afecção horária dos recursos humanos na Resposta Social Residência	187
Quadro 156 – Equipamentos com a Resposta Social Apoio Domiciliário.....	187
Quadro 157 – Horário de abertura e de encerramento na Resposta Social Apoio Domiciliário	188
Quadro 158 – Serviços prestados na Resposta Social Apoio Domiciliário	188
Quadro 159 – Fontes de financiamento na Resposta Social Apoio Domiciliário	189
Quadro 160 – Número de Utentes na Resposta Social Apoio Domiciliário	190
Quadro 161 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Apoio Domiciliário.....	190
Quadro 162 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Apoio Domiciliário.....	191
Quadro 163 – Vínculo dos recursos humanos na Resposta Social Apoio Domiciliário	191
Quadro 164 – Potencialidades e constrangimentos na Resposta Social Apoio Domiciliário	191
Quadro 165 – Utentes em 2004, por género e idade, na Resposta Social Residência (nº)	193
Quadro 166 – Funções dos recursos humanos na Resposta Social Residência	194
Quadro 167 – Habilitações dos recursos humanos na Resposta Social Residência.....	194
Quadro 168 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Residência.....	194
Quadro 169 – Função dos recursos humanos na Resposta Social Fórum Sócio-Ocupacional.....	195
Quadro 170 – Vínculo contratual dos recursos humanos na Resposta Social Fórum Sócio-Ocupacional.....	195





Índice de Figuras

Figura 1 – Distribuição geográfica dos equipamentos	23
Figura 2 – Análise contextual orientada.....	27
Figura 3 – Escalas de análise com interesse relevante.....	28
Figura 4 – Evolução da população residente no concelho de Cascais, entre 1911 e 2001.....	29
Figura 5 – População a residir em lugares com mais de 2.000 habitantes, no concelho de Cascais, em 2001.....	30
Figura 6 – Índice de envelhecimento populacional em Cascais, por freguesia, em 1991 e 2001.....	31
Figura 7 – Famílias clássicas residentes, segundo a sua dimensão, por freguesia de Cascais, em 2001.....	32
Figura 8 – Principais problemáticas associadas a grupos etários relevantes para a Carta Social	32
Figura 9 – Quocientes de localização da população dos 0 e os 14 anos, em Cascais, em 1991 e 2001.....	33
Figura 10 – Movimentos casa-trabalho ou casa-escola com origem no concelho de Cascais e com destino os concelhos da AML, em 2001	34
Figura 11 – Quocientes de localização da população com idades compreendidas entre 1 e 5 anos e os 6 e os 14 anos de idade, no concelho de Cascais, em 2001	35
Figura 12 – Quocientes de localização da população idosa, no concelho de Cascais, em 1991 e 2001	36
Figura 13 – Quociente de localização das famílias unipessoais idosas, em Cascais, em 2001.....	37
Figura 14 – Principais problemáticas associadas às questões sócio-económicas relevantes para a Carta Social	38
Figura 15 – Quociente de localização do desemprego, no concelho de Cascais, em 2001.....	39
Figura 16 – Quociente de localização dos desempregados à procura do 1º emprego, no concelho de Cascais, em 2001	40
Figura 17 – Evolução dos desempregados de longa duração, no concelho de Cascais (nº)	42
Figura 18 – Quociente de localização da população deficiente desempregada, no concelho de Cascais, em 2001 ..	44
Figura 19 – Pensionistas por velhice, por freguesia, no concelho de Cascais, em 1991 e 2001 (nº).....	45
Figura 20 – Quociente de localização dos pensionistas por velhice, no concelho de Cascais, em 2001.....	45
Figura 21 – Principais problemáticas associadas à saúde relevantes para a Carta Social	47
Figura 22 – Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil, entre 1981 e 1997.....	47
Figura 23 – Famílias clássicas, segundo a dimensão e o número de deficientes, em Cascais, 2001 (nº).....	48
Figura 24 – Quociente de Localização da população portadora de deficiência, residente em Cascais, em 2001.....	48
Figura 25 – Quociente de localização da população residente deficiente, segundo tipos de deficiência em Cascais, em 2001.....	49
Figura 26 – A relação entre as doenças de foro mental e a pobreza	51
Figura 27 – Evolução do número de casos de SIDA diagnosticados, entre 1983 e 2004, em Cascais (nº).....	52
Figura 28 – Casos diagnosticados, por tipo de notificação, no ano de 2004, em Cascais (%).....	52
Figura 29 – Empreendimentos PER existentes, em construção e a construir, no Concelho de Cascais	53
Figura 30 – Problemáticas centrais associadas às áreas urbanas críticas relevantes para a Carta de Equipamentos e Serviços Sociais	54
Figura 31 – Problemáticas detectadas em crianças e jovens em risco, em Portugal, em 1999 e 2001 (nº).....	55
Figura 32 – Entidades sinalizadoras com abertura de processo, no concelho de Cascais, em 2004.....	55
Figura 33 – Rede de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, por agrupamento, no concelho de Cascais	56
Figura 34 – Crianças e jovens sinalizados com abertura de processo, segundo a faixa etária e o sexo, no concelho de Cascais, em 2004.....	57
Figura 35 – Ocorrências segundo a tipologia de problemáticas, no concelho de Cascais, em 2004 (nº).....	57
Figura 36 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, por freguesia do concelho de Cascais, em 2003 e 2004 (nº).....	58
Figura 37 – Quociente de Localização da população com nacionalidade estrangeira na AML, em 2001	59
Figura 38 – Quociente de Localização da população com nacionalidade PALP na AML, em 2001	60
Figura 39 – Síntese concelhia das projecções demográficas, para o concelho de Cascais, para 2011.....	73
Figura 40 – Utentes por género e idade, na Resposta Social Ama, em 2004/2005 (N.º).....	104
Figura 41 – Horário de encerramento, segundo a natureza jurídica da entidade, na Resposta Social Creche, em 2004/2005 (nº).....	106
Figura 42 – Utentes em Creches com fins lucrativos e sem fins lucrativos (n.º).....	106
Figura 43 – Utentes por género e idade na Resposta Social Creche (nº)	107
Figura 44 – Serviços prestados pelas Creches com fins lucrativos e pelas Creches sem fins lucrativos (n.º).....	108
Figura 45 – Investimentos previstos na Resposta Social Creche, segundo a natureza jurídica da entidade (nº).....	109
Figura 46 – Evolução do número de utentes da Resposta Social Creche Familiar	110
Figura 47 – Utentes por género e idade da Resposta Social Creche Familiar	111
Figura 48 – Evolução do número de utentes na Resposta Social Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, segundo a tutela.....	113
Figura 49 – Investimentos programados na Resposta Social Estabelecimento de Educação Pré-Escolar, segundo a tutela (nº).....	116
Figura 50 – Evolução do número de utentes nos espaços lúdicos, no concelho de Cascais.....	117
Figura 51 – Utentes por género e idade nos Espaços Lúdicos, em 2004/2005 (nº).....	118

Figura 52 – Meios informáticos, com e sem acesso à <i>internet</i> , disponíveis para o corpo profissional nos Espaços Lúdicos (nº)	119
Figura 53 – Utentes por género e idade nas Ludotecas, 2004/2005	120
Figura 54 – Evolução do número de utentes nos ATL com e sem fins lucrativos.....	121
Figura 55 – Utentes por género e idade nos ATL com fins lucrativos, 2004/2005 (nº).....	122
Figura 56 – Utentes por género e idade nos ATL sem fins lucrativos, 2004/2005 (nº).....	122
Figura 57 – Investimentos programados nos ATL (nº)	123
Figura 58 – Utentes por género e idade na Resposta Social Centros de Acolhimento Temporário (nº)	125
Figura 59 – Utentes por género e idade da Resposta Social Clube de Jovens (nº)	127
Figura 60 – Serviços prestados na Resposta Social Lar de Crianças e Jovens	129
Figura 61 – Utentes por género e idade na Resposta Social Lar de Crianças e Jovens	130
Figura 62 – Investimentos programados no prazo de cinco anos na Resposta Social Lar de Crianças e Jovens	131
Figura 63 – Evolução do número de utentes na Resposta Social Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais, 2001-2003	134
Figura 64 – Utentes em 2003/2004, por género e idade, na Resposta Social Centro de Actividades Ocupacionais	137
Figura 65 – Evolução do número de utentes na Resposta Social Centro de Apoio Sócio-Educativo/Educação Especial para Crianças e Jovens	141
Figura 66 – Estrutura etária dos utentes na Resposta Social Centro de Apoio Sócio-Educativo/Educação Especial para Crianças e Jovens	141
Figura 67 – Estrutura etária dos utentes da Resposta Social Lar de Apoio/Lar Residencial, 2004/2005	145
Figura 68 – Utentes em 2005/2006, por género e idade, na Resposta Social Transporte de Pessoas com Deficiência	148
Figura 69 – Estrutura etária dos utentes na Resposta Social Centro de Convívio/Academia, 2005	151
Figura 70 – Investimentos programados na Resposta Social Centro de Convívio/Academia	154
Figura 71 – Estrutura etária dos utentes na Resposta Social Centro de Dia, 2005.....	156
Figura 72 – Potencialidades e constrangimentos na Resposta Social Centro de Dia	158
Figura 73 – Estrutura etária dos utentes na Resposta Social Lar, 2005.....	159
Figura 74 – Estrutura Etária dos Utentes, por género e idade, na Resposta Social Apoio Alimentar,.....	162
Figura 75 – Investimentos programados na Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos	171
Figura 76 – Utentes em 2004/2005, por género e escalão etário, Unidade de Dia da Casa Jubileu 2000.....	182
Figura 77 – Utentes em 2004/2005, por género e escalão etário, na Resposta Social Apoio Domiciliário (nº).....	190
Figura 78 – Investimentos programados, por área, na Resposta Social Apoio Domiciliário.....	192
Figura 79 – Utentes em 2004, por género e idade, na Resposta Social Residência (nº)	193





0. NOTA DE ABERTURA



Apresentação

O documento que agora se apresenta constitui a Carta Social de Cascais (Carta de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho de Cascais). Um estudo que deverá orientar os investimentos em equipamentos e Respostas Sociais no concelho no próximo decénio.

Este documento, desenvolvido entre Dezembro de 2004 e Maio de 2007, é resultado, por um lado, de um longo processo de diagnóstico territorial, social e institucional e, por outro, da aplicação de diversas metodologias de planeamento estratégico e de programação de equipamentos e Respostas Sociais.

Tratou-se de um exercício de grande amplitude e complexidade que beneficiou da elevada competência técnica e dedicação dos diversos técnicos municipais que conosco trabalharam nomeadamente, das Divisões de Planeamento de Infra-estruturas e Equipamentos (DPIE) e de Desenvolvimento Social e Saúde (DESS). A riqueza do seu conhecimento e a dedicação ao interesse público são o garante da continuidade deste documento enquanto instrumento de gestão e de monitorização do território e das políticas sociais no concelho.

A disponibilização de Respostas Sociais às famílias e aos indivíduos carenciados tem uma larga história no país e em Cascais. Até ao final do século XIX, esta acção esteve limitada a entidades colectivas não estatais, como as organizações religiosas, ou dependente da caridade individual e da solidariedade familiar. A gradual emergência dos direitos sociais, no decorrer do Século XX, concorreu, num primeiro tempo, para que outros actores – associações mutualistas, cívicas, empresas –, e diversas formas de assistência fossem surgindo.

Todavia, somente nas últimas três décadas o panorama se alterou substancialmente, em termos quantitativos e qualitativos, fruto da tomada de consciência dos direitos sociais, da adopção de padrões europeus e da assumpção do Estado da plenitude das suas responsabilidades. Num esforço impar da história do país, mobilizaram-se recursos financeiros, formaram-se recursos humanos e multiplicaram-se equipamentos e Respostas Sociais. Os níveis de cobertura dos equipamentos sociais aumentaram significativamente e os indicadores revelam, de forma, inequívoca, o progresso social que o país enfrentou.

Em todo este ciclo modernizador o papel das autarquias foi determinante. A estas devem ser atribuídas uma parte importante dos ganhos sociais e dos benefícios obtidos na qualidade de vida das populações, em geral, e dos mais carenciados, em particular. As câmaras municipais têm desempenhado um vasto e diversificado papel, na maioria das vezes pouco reconhecido pelo Estado e pela Sociedade, enquanto promotoras directas, criando equipamentos, infra-estruturas urbanas e Respostas Sociais; como parceiras e financiadoras de entidades cooperativas e de instituições privadas de solidariedade social; como dinamizadoras de redes sociais.

Os dados que se apresentam neste documento são ilustrativos. A Câmara Municipal de Cascais é um dos pilares fundamentais na coesão social do concelho. De si depende, não só a equipamentação do território, mas também uma parte importante das instituições sociais instaladas que beneficiam regularmente de financiamento e apoio institucional para o seu funcionamento.

Os desafios da Câmara de Cascais no domínio social são por isso gigantescos. Tanto mais quanto a dimensão urbana e populacional do concelho se reflecte numa significativa amplitude e complexidade de problemas sociais.

Fazendo frente a essa situação, Cascais tem-se munido de diversos instrumentos de planeamento, gestão e monitorização da Acção Social, que reflectem uma séria preocupação em construir um território mais justo, mais solidário e mais coeso. A Carta Social é mais um passo nesse sentido.

Num país em que, pese embora todos os esforços empreendidos, as fragilidades sociais e as carências nas respostas são ainda expressivas e em que a escassez de recursos não permite acudir a todas as necessidades, torna-se determinante dispor de uma Rede Social territorialmente ordenada, correctamente dimensionada e tipologicamente adequada à localização, grau e natureza dos problemas, por forma a responder com elevados níveis de eficácia e eficiência, maximizando resultados.

Respondendo a todos estes desafios, o documento agora apresentado pretende reflectir o novo panorama de actuação pública em matéria de planeamento de equipamentos e Respostas Sociais. Nesse sentido não só fornece indicações claras em matéria de ordenamento do território como sinaliza os domínios prioritários de investimento de modo a orientar a acção dos actores privados e cooperativos. Desta forma, a Carta Social está organizada em três volumes:

- No primeiro volume apresenta-se uma leitura de síntese do contexto social do Concelho seguida das análises da oferta de equipamentos sociais e da oferta das Respostas Sociais, na qual, são detalhadamente caracterizadas as condições físicas, operacionais e humanas que dispõe cada uma das Respostas Sociais;
- No segundo volume definem-se os conceitos, os princípios e os critérios de programação adoptados, desenvolve-se o diagnóstico prospectivo que permitiu identificar de forma sistematizada as necessidades de investimento social e desenvolve-se a estratégia de modernização e qualificação dos equipamentos e Respostas Sociais;
- No terceiro volume apresenta-se uma caracterização detalhada de cada um dos equipamentos e Respostas Sociais instalados no concelho.

Lisboa, Maio de 2008

A Coordenação







1. INTRODUÇÃO



1. INTRODUÇÃO

1.1. Âmbito e objectivos

O Caderno de Encargos para a elaboração da Carta de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho de Cascais (Carta Social do Concelho de Cascais) estabelece, de forma clara, os objectivos deste exercício: **“avaliar as necessidades, procurar a localização e o dimensionamento dos equipamentos da Rede Social (pública, cooperativa e privada)”**.

Tanto na nomeação, como nos conteúdos se percebe a conjugação de duas abordagens distintas, mas complementares, que estão hoje presentes no planeamento das redes de equipamentos e Respostas Sociais.

A par de uma abordagem dita mais tradicional, que provém da programação de equipamentos e que tem consequências directas nos instrumentos de ordenamento do território e no planeamento dos investimentos públicos, emergiu, nos últimos anos, como resultado da expansão significativa das redes sociais e da definição do sistema de solidariedade e segurança social, uma abordagem mais orientada para o planeamento da Acção Social.

Justifica-se, por isso, fazer uma breve reflexão metodológica e conceptual no sentido de balizar adequadamente os propósitos da Carta Social do Concelho de Cascais e de a enquadrar nestas duas vertentes das políticas públicas nacionais, atendendo a que deverá de conjugar estas duas lógicas complementares de abordagem da temática embora incorporem conceitos, metodologias e referenciais empíricos distintos.

A primeira destas perspectivas **centra-se na programação dos equipamentos e no ordenamento do território**, tendo o equipamento como objecto central de estudo. As orientações finais visam, essencialmente, os actores públicos, estabelecendo-se a localização, o dimensionamento e a tipologia dos equipamentos a criar com consequências nos planos de investimentos municipais e nos planos municipais de ordenamento do território.

As primeiras referências empíricas desta linha de abordagem remontam a 1972, resultando das normas e orientações relativas à programação de equipamentos colectivos produzidas pelo Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, no âmbito da elaboração do IIIº Plano de Fomento.

O exercício foi inicialmente actualizado, em 1977, pelo Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais do Centro de Estudos e Planeamento e, posteriormente, melhorado, em 1985, pelo Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território (GEPAT).

Em 1996, a Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) produziu as “Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos”, que foram revistas e actualizadas em 2002. Estas normas visaram auxiliar os municípios nos exercícios de planeamento territorial, de forma a encontrar uma distribuição espacialmente equilibrada, tendo em conta as necessidades específicas das populações, as acessibilidades e a adequação da sua utilização. Os equipamentos colectivos foram definidos como sendo “edificações onde se localizam actividades destinadas à prestação de serviços de interesse público imprescindíveis à qualidade de vida.” O conceito de equipamento social foi também estabelecido como “a edificação destinada à prestação de serviços e Respostas Sociais à comunidade, ou de enquadramento a determinadas respostas que são prestadas junto da comunidade, como os serviços ambulatoriais, domiciliários, etc.”.

No sentido de se alcançar a correcta localização e dimensionamento dos diversos tipos de equipamentos colectivos foi estabelecido um conjunto de critérios de apreciação de cada tipologia, a serem utilizados no exercício de programação:

- Área de influência e de irradiação do equipamento;
- População base a partir da qual se justifica o equipamento;
- Critérios de programação que têm por base as questões relacionadas com o funcionamento e a gestão do equipamento, no sentido de assegurar condições adequadas para a prestação dos serviços;
- Critérios de dimensionamento que permitam, com recurso a indicadores, calcular as dimensões adequadas de cada equipamento;
- Critérios de localização que estabeleçam as condições que deverão ser tidas em conta na escolha da localização do equipamento.

No que respeita aos Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social, a DGOTDU, definiu uma grelha de equipamentos organizados em doze grupos, para os quais estabeleceu referenciais de programação:

1. Primeira e Segunda Infância

- Ama
- Creche

2. Actividades de Tempos Livres

- Centro de Actividades de Tempos Livres

3. Crianças e Jovens em Situação de Risco

- Lar de Crianças e Jovens
- Centro de Acolhimento Temporário – CAT
- Unidade de Emergência
- Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
- Acolhimento Familiar

4. Pessoas com Deficiência em Geral

- Centro de Paralisia Cerebral
- Apoio em Regime Ambulatório
- Centro de Produção de Material
- Imprensa Braille
- Transporte de Pessoas com Deficiência

5. Crianças e Jovens com Deficiência

- Centro de Estudos e Apoio à Criança e à Família
- Intervenção Precoce
- Lar de Apoio

6. População Adulta com Deficiência

- Centro de Actividades Ocupacionais – CAO
- Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira
- Lar Residencial
- Serviço de Apoio Domiciliário
- Acolhimento Familiar
- Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência

7. Idosos

- Centro de Convívio
- Centro de Dia
- Lar para Idosos
- Residência
- Serviço de Apoio Domiciliário
- Acolhimento Familiar
- Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos
- Centro de Noite

8. Família e Comunidade

- Atendimento/Acompanhamento Social
- Centro de Alojamento Temporário
- Comunidade de Inserção
- Centro Comunitário
- Colónia de Férias
- Refeitório/Cantina Social
- Casa de Abrigo
- Ajuda Alimentar a Carenciados

9. Toxicodependentes

- Equipas de Intervenção Directa ou Equipas de Rua
- Apartamento de Reinserção Social

10. Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias

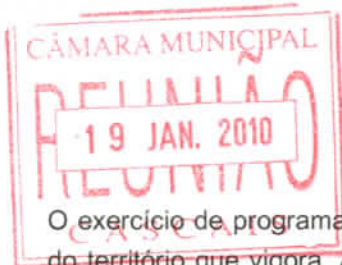
- Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial
- Serviço de Apoio Domiciliário
- Residência

11. Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

- Fórum Sócio-Ocupacional
- Unidade de Vida Apoiada – UVAP
- Unidade de Vida Protegida – UPRO
- Unidade de Vida Autónoma – UVAU

12. Pessoas em Situação de Dependência

- Apoio Domiciliário Integrado – ADI
- Unidade de Apoio Integrado – UAI



O exercício de programação de equipamentos está também enquadrado na legislação de ordenamento do território que vigora. Ao nível municipal, o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que regula o regimes jurídico dos instrumentos de planeamento, estabelece como competência dos planos municipais de ordenamento do território (PMOT) o estabelecimento de uma estratégia coerente de instalação, conservação e desenvolvimento dos equipamentos, considerando as necessidades sociais da população e as perspectivas de evolução económica e social. Define ainda o mesmo diploma que compete aos PMOT estabelecer os princípios e os critérios subjacentes a opções de localização de equipamentos.

Tendo este quadro de abordagem metodológica como referência, entendemos que a **Carta Social do Concelho de Cascais é, antes de mais, um elemento que se localiza a montante do Plano Director Municipal de Cascais**, para o qual fornece elementos que lhe permitam cumprir os objectivos fixados em matéria de programação de equipamentos colectivos. Deverá também **fornecer orientações e recomendações para os Planos de Urbanização e de Pormenor**, indicando localizações preferenciais, dimensionamentos adequados e propor soluções de inserção urbana que permitam garantir o acesso das populações. Neste âmbito a Carta Social do Concelho de Cascais, na configuração prepositiva que será alcançada nas fases seguintes, deverá dar continuidade aos princípios estabelecidos pela DGTODU em matéria de programação de equipamentos sociais, adaptando-os à realidade local.

A **segunda perspectiva de abordagem ao planeamento dos Equipamentos e Respostas Sociais** é mais recente nas políticas públicas e resulta da grande evolução que se verificou, nas últimas décadas, no âmbito da solidariedade e da segurança social. De facto, estamos perante um campo de actuação público que é relativamente recente e que, até há bem pouco tempo, era apenas protagonizado pela solidariedade das famílias e das instituições religiosas e civis, que empreendiam acções de carácter assistencialista.

Nas últimas três décadas deram-se, no entanto, mudanças significativas na sociedade e na forma de actuação do Estado. Por um lado, a sociedade civil mobilizou-se tanto no sentido de exigir uma acção mais efectiva do Estado, como criando um conjunto muito mais alargado de instituições de solidariedade social, equipamentos e Respostas Sociais. Por outro lado, o Estado respondeu afirmativamente ao novo protagonismo que se lhe exigiu, e que a adesão europeia impunha, passando a perseguir a concretização do Modelo Social Europeu, que implica uma participação pro-activa, estabelecida a partir de uma estratégia de mobilização dos actores sociais às mais diversas escalas territoriais e que obrigou à mobilização de recursos financeiros públicos avultados.

Com o estabelecimento das bases gerais do sistema de solidariedade e segurança social, primeiro através da Lei n.º 17/2000, de 8 de Agosto, e, posteriormente com a revisão produzida pela Lei n.º 32/2002, de 20 de Dezembro, a actuação do Estado, neste domínio, ficou devidamente balizada.

Refira-se que o sistema de solidariedade e segurança social é composto por três subsistemas:

- O **Subsistema de Protecção Social de Cidadania**, que assegura os direitos básicos de protecção social, abrangendo a generalidade dos cidadãos e, em especial, as pessoas em situação de carência, disfunção e marginalização social, sendo concretizado através do Regime de Solidariedade e da Acção Social;
- O **Subsistema de Protecção à Família**, que garante a concessão de prestações pecuniárias às famílias;
- O **Subsistema Previdencial**, concretizado por regimes de segurança social, tendo como objectivo essencial garantir o direito à compensação da perda ou redução dos rendimentos resultantes da

actividade profissional, nas eventualidades de doença, maternidade, paternidade e adopção, desemprego, acidentes de trabalho e doenças profissionais, invalidez, velhice e morte.

Dentro desta arquitectura, os equipamentos sociais revelam-se pilares essenciais para o cumprimento dos objectivos atribuídos ao primeiro subsistema, em particular no que respeita à **prossecação de uma estratégia de Acção Social** somente possível a partir de uma rede de Respostas Sociais e equipamentos capazes de actuarem junto das populações.

Como consequência deste novo modelo de actuação e reconhecendo a necessidade de dispor de conhecimento exaustivo da Rede Social, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade lançou, em 2002, a "Carta Social – Rede de Respostas Sociais e Equipamentos", com o objectivo de dispor de uma base estatística de suporte ao desenvolvimento social. Tratou-se de um documento pioneiro que passaria a servir de referencial, em termos metodológicos e conceptuais, relativamente a posteriores estudos e investigações empreendidos no domínio da Acção Social, e que a presente Carta Social do Concelho de Cascais aceita como enquadramento teórico. Este documento definiu a Carta Social como "um conjunto de bases de dados temáticas relacionadas entre si, com uma base geográfica desagregada aos diversos níveis estatísticos, integrando informação relevante para a caracterização da situação social e susceptível de ser permanentemente actualizável".

Tendo este enquadramento como referência, a Carta Social do Concelho de Cascais deverá, em nosso entender, ser **um instrumento de apoio à investigação social e à tomada de decisão de actores públicos, privados e associativos** do Concelho de Cascais. Neste sentido, para além de disponibilizar orientações claras e objectivas para a programação de equipamentos públicos, a Carta **deverá fornecer informação actualizada sobre a capacidade e qualidade das Respostas Sociais existentes no concelho**. Desta forma, pretende-se que dê indicações sobre as necessidades e carências, presentes e futuras, de âmbito quantitativo e qualitativo, relativamente às Respostas Sociais, de forma a permitir elevar, simultaneamente, o grau de cobertura, mas também os padrões de qualidade dos serviços prestados pela Rede Social. Nesta óptica a Carta Social do Concelho de Cascais deve ser entendida como um **instrumento de suporte à concretização da estratégia de desenvolvimento social** inscrita no Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Cascais (PDSCC). Observando-se o quadro de objectivos do PDSCC verifica-se que a Carta Social, embora com diferentes graus de impactes, é um instrumento que concorre para a concretização de um número elevado de metas:



OBJECTIVOS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE CASCAIS	GRAU DE IMPACTE
- Os espaços públicos estarão mais qualificados, inclusivos e sem barreiras arquitectónicas em 2010	-
- Aumentar o número de pessoas inseridas no mercado de trabalho de forma sustentável até 2010	**
- Aumentar em 20% a participação social nas actividades culturais, desportivas e juvenis promovidas no Concelho de Cascais até 2010	**
- Reduzir o risco e romper o ciclo de reprodução da pobreza intergeracional até 2010	***
- Promover a criação, adequação ou reformulação de estruturas de acolhimento para pessoas sem autonomia (infância, idosos, deficientes) até 2007	***
- Aumentar a qualidade de vida das pessoas idosas em situação de dependência e diminuir o isolamento até 2007	***
- Aumento da taxa de cobertura das respostas adequadas para pessoas com deficiência até 2007	***
- Reduzir o abandono e o insucesso escolar até 2010	**
- Situar a taxa de prevalência da depressão em 15,3 pontos por cada 100 indivíduos de idade inferior a 65 anos até 2007	**
- Situar a taxa de mortalidade das doenças cancro, acidente vascular cerebral e enfarte de miocárdio, respectivamente em 72.2, 14.5 e 14.9 pontos por cada 100 000 indivíduos de idade inferior a 65 anos até 2007	**
- Situar a taxa de prevalência de consumo de drogas canabinóides/sintéticas em 9 pontos por cada 100 indivíduos com idade inferior a 35 anos até 2007	***
- Situar a taxa de bebedores excessivos de álcool nos 8,75 por cada 100 indivíduos de idade inferior a 65 anos até 2007	***
- Situar a taxa de mortalidade devido a lesões externa em 15 pontos por cada 100 000 indivíduos de idade inferior a 65 anos até 2007	-
- Os espaços públicos, escolas e espaços envolventes serão mais seguros em termos viários e criminais em 2007	-
- A partir de 2004 os equipamentos educativos a projectar serão implantados em locais de acessibilidade e de referência no tecido urbano	***
- Em 2007 existirá uma rede de transportes públicos eficiente, e será priorizado o transporte público e o peão nas áreas centrais	-
- Em 2010 não existirão edifícios e terrenos abandonados nos centros urbanos	-
- Em 2010 existirá mercado de habitação para os diferentes grupos sócio-económicos do concelho	-
- Em 2010 o parque habitacional do Concelho encontrar-se-á em bom estado de conservação com o apoio de programas de reabilitação adequados	-
- Aumentar em 20% a participação nas estruturas promotoras de actividades até 2010	-
- Aumentar em 10% o número de equipamentos e requalificar, modernizar e reconverter todos os outros que revelem necessidades de intervenção	***
- Aumentar a participação na vida comunitária num lógica de inter-ajuda até 2007	**
- Diminuir as situações de violência doméstica e minorar os seus efeitos até 2010	-
- Aumentar a colocação profissional à saída da escola até 2010	-
- Aumentar a taxa de cobertura do ensino pré-escolar (rede oficial e solidária) até 2010	***
- Aumentar o grau de qualidade e satisfação profissional dos docentes até 2010	-
- Situar a taxa de prevalência das doenças HIV/SIDA e hepatites crónicas (B e C) em respectivamente 104,2 por cada 100 000 e 1.45 por cada 100 indivíduos de idade inferior a 65 anos até 2007	***

*** Directo; ** Indirecto; - Nulo



1.2. Percurso metodológico

O documento que agora se apresenta teve como objectivos proceder à recolha, tratamento e análise dos elementos de base à produção da Carta Social, sintetizando um amplo volume de informação que permitirá conhecer detalhadamente a situação existente tanto na óptica da oferta de equipamentos e Respostas Sociais, como na óptica da procura.

Nesse sentido realizou-se, num primeiro momento, uma análise do contexto social do Concelho de Cascais, observando-se, de forma selectiva e focalizada, as questões sociais que têm maior relevância para a programação dos equipamentos e respostas sociais da Rede Social do Concelho.

Amiudadamente, neste tipo de exercícios, encontram-se longas descrições estatísticas dos territórios em estudo, sem que essa recolha revele qualquer tipo de selectividade e utilidade relativamente aos fins do estudo. Foi, precisamente, para evitar esse tipo de metodologias de largo espectro e escassa utilidade, que a abordagem foi limitada a quatro domínios e, em cada um destes, foram formuladas as questões que justificam aprofundamento e que permitem compreender a actual situação social de Cascais. Os domínios de análise adoptados foram:

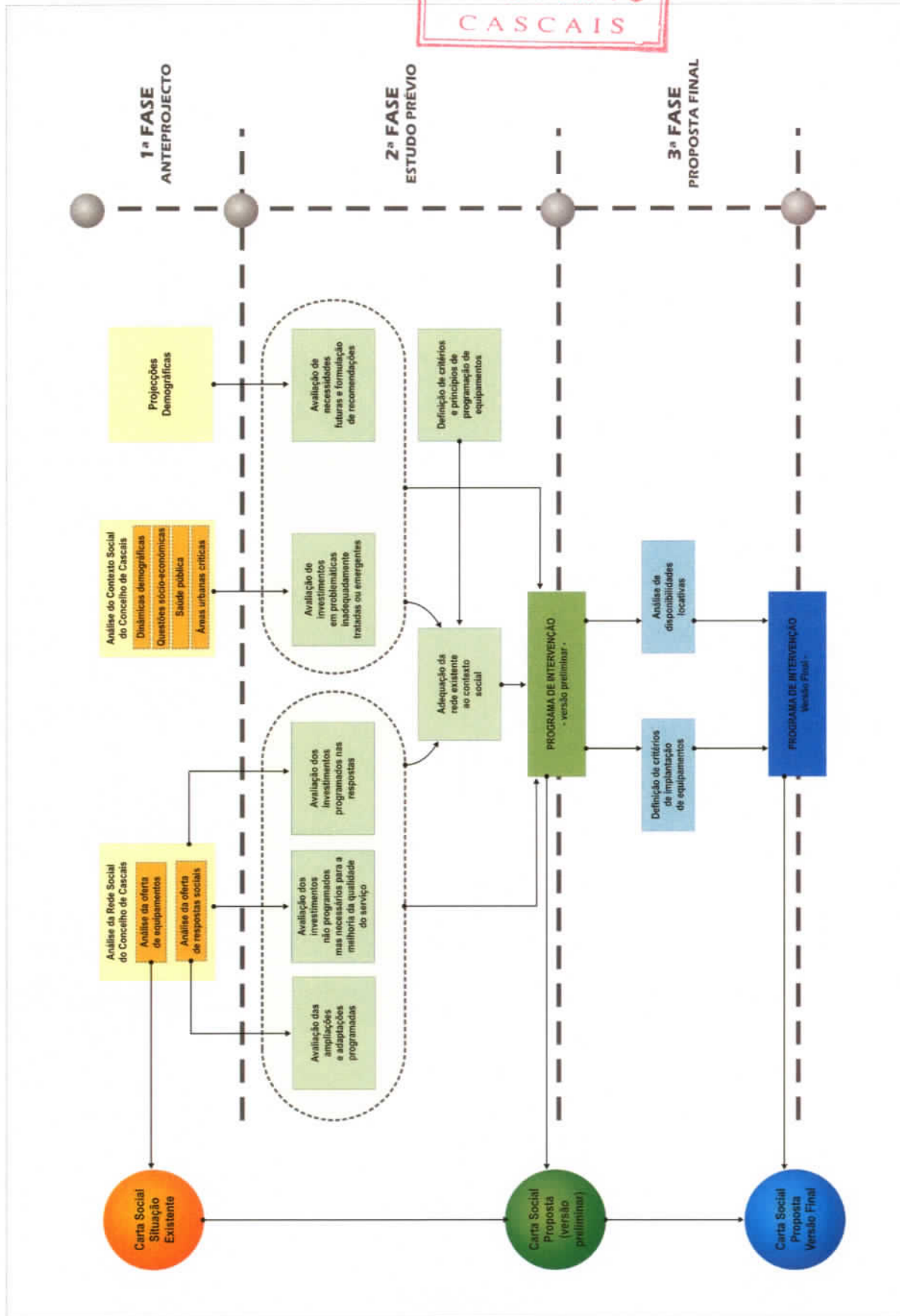
- As dinâmicas demográficas;
- As questões sócio-económicas;
- A saúde;
- As áreas urbanas em crise.



Num segundo momento realizaram-se projecções demografias de forma a estimar os cenários possíveis de evolução dos quantitativos demográficos das freguesias do Concelho de Cascais. Este exercício foi elaborado tendo como referência temporal os anos 2011 e 2016, o que permitiu estimar as futuras necessidades e proceder, numa próxima fase, à avaliação da capacidade da oferta instalada para responder adequadamente à evolução da procura.

Paralelamente a estes dois exercícios, foi realizada avaliação quantitativa e qualitativa da oferta de equipamentos e Respostas Sociais que obedeceu a uma metodologia específica que se desenvolve num outro ponto desta introdução.

A elaboração da Carta Social será agora concretizada seguindo os diversos passos metodológicos, conforme é exposto detalhadamente no fluxograma seguinte.



1.3. Nota metodológica do processo de recenseamento

A análise da oferta de equipamentos e Respostas Sociais existente no Concelho de Cascais tem como suporte o recenseamento por formulário lançado a todos os equipamentos e Respostas Sociais, localizados no Concelho de Cascais, integrados quer na rede pública, quer na rede privada.

Os formulários dirigidos aos equipamentos sociais de Cascais foram enviados, por correio, no dia 1 de Março de 2005, após um período de preparação que incluiu:

- 1) A identificação dos equipamentos e respectivas Respostas Sociais;
- 2) A concepção dos questionários adequados aos objectivos do estudo e ao âmbito das instituições inquiridas.

O levantamento inicial das entidades e equipamentos a inquirir teve por base diversas fontes, entre as quais se destaca a Base de Dados da Carta Social do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, documentos da Câmara Municipal de Cascais, bem como o manancial de informação possibilitado pela *Internet* (*Páginas Amarelas*, *site* da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia, ...).

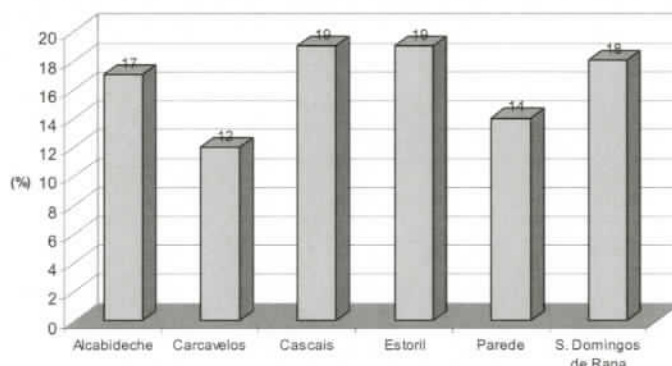
Inicialmente, foram identificados mais de três centenas e meia de equipamentos, muitos dos quais se verificou, posteriormente, estarem encerrados ou simplesmente registados nas diferentes bases com diferentes designações. A versão final da base de dados, resultante destes procedimentos, estabilizou nos 327 equipamentos. Contudo, tendo em conta a proliferação de equipamentos privados sem alvará, e sem qualquer visibilidade, admite-se que o número efectivo de equipamentos possa ser ligeiramente superior.

O processo de recenseamento prolongou-se, inicialmente, por 3 meses, período em que, após envio postal do formulários, foram efectuados diversos contactos com as instituições (telefónicos e via fax), com vista à obtenção do maior número de respostas possível, num trabalho conjunto com a Câmara Municipal de Cascais. Em resultado deste processo foram recebidos 67% dos formulários enviados. Uma taxa que se poderá considerar elevada, tendo em conta as características das instituições e os equipamentos inquiridos, em particular no que respeita às instituições privadas.

Desta primeira fase de recenseamento foram obtidas 221 respostas, o que foi considerado insatisfatório pela Equipa Técnica. Em face disso foi realizado um programa de visitas locais dos diversos equipamentos no sentido de despistar os casos em que de facto estes não existiam e obter um número acrescido de respostas. Este segundo processo de inquirição, que demorou aproximadamente três semanas, permitiu a obtenção de informação sobre mais 73 instituições e a redução do universo de equipamentos existente de 327 para 301.

Para o conjunto de passos metodológicos e tarefas empreendidas, a Equipa assumiu que a actual oferta de equipamentos sociais do concelho se cingia aos 294 equipamentos para os quais foi obtida informação detalhada através de duas tipologias de formulários: ficha de caracterização das instalações e ficha de caracterização das Respostas Sociais. Desprezaram-se, assim, os sete equipamentos que após inúmeras tentativas se recusaram a fornecer informação.



Figura 1 – Distribuição geográfica dos equipamentos

Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

Na primeira fase de recenseamento, a freguesia de Alcabideche destaca-se pela elevada taxa de recenseamento das entidades gestoras (a percentagem de formulários recebidos face aos enviados ronda os 90%), contrapondo-se, por exemplo à freguesia de Carcavelos com apenas 55% de entidades recenseadas. O programa de visitas locais aos equipamentos em falta, efectuado numa segunda fase, permitiu obter taxas de cobertura ligeiramente superiores nas freguesias de Cascais e Estoril.

Quadro 1 – Taxa de resposta, por freguesia (%)

Freguesia	Enviados /Recebidos
Alcabideche	88
Carcavelos	56
Cascais	59
Estoril	63
Parede	58
São Domingos de Rana	79
Total	67

Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.



Os insucessos detectados no processo de recenseamento foram alheios à Equipa, salientando-se a morosidade dos CTT, com atrasos superiores a um mês na recepção dos formulários pelas instituições, e o extravio de muitos dos formulários enviados. Quando detectada a causa, a correspondência não recebida foi reenviada por outras formas, preferencialmente por fax, por uma questão de rapidez.

Quadro 2 – Inquéritos reenviados (%)

Por correio	6
Por e-mail	1
Por fax	10

Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

Nas grandes instituições, as questões burocráticas constituem outro constrangimento ao processo de recenseamento, na medida em que a resposta aos formulários é, por norma, encaminhada para a sede e, muitas das vezes, não é uma única pessoa/departamento a responder ao formulário, prolongando o período de resposta. Outra justificação possível, para a não obtenção de maior número de respostas na

primeira fase, resulta da inércia das instituições, dada a extensão do formulário que tinha no mínimo 6 páginas, ou simplesmente à impossibilidade de responder naquele período de tempo (ausência prolongada por motivo de férias, doença, ...).

Acresce outra dificuldade, relacionada com as múltiplas Respostas Sociais dos equipamentos. As Respostas Sociais a inquirir, em cada equipamento, foram identificadas previamente num trabalho conjunto com os técnicos da DESS da Câmara Municipal de Cascais. Contudo, dado o elevado número de equipamentos em causa, e o desconhecimento da existência muitos deles (situações menos formais ou com enquadramento legal) originou que as Respostas Sociais não foram identificadas na totalidade. Note-se que determinadas instituições têm a seu cargo dezenas de equipamentos com múltiplas Respostas Sociais, o que implicou um imenso esforço por parte dos seus responsáveis.





2. LEITURA SÍNTESE DO CONTEXTO SOCIAL DO CONCELHO DE CASCAIS

2. LEITURA SÍNTESE DO CONTEXTO SOCIAL DO CONCELHO DE CASCAIS

2.1. Elementos de partida

2.1.1. O contexto territorial

O Concelho de Cascais insere-se na Área Metropolitana de Lisboa, principal aglomeração urbana do País, denotando uma forte integração territorial e funcional evidenciada pela partilha de tendências sócio-demográficas e de dinâmicas económicas.

Beneficiando da migração de população residente em Lisboa para os concelhos limítrofes e seguindo um padrão de crescimento urbano difuso e suburbano, que caracteriza a AML desde a década de 60, Cascais afirmou-se enquanto espaço residencial. Neste sentido, registou um aumento considerável de residentes e de alojamentos, com uma variação de 11,3% e de 24,2%, respectivamente, o que se traduziu na expansão das áreas habitacionais.

Todavia, esta afirmação não foi acompanhada da captação de actividades económicas capazes de levar Cascais a constituir-se como um pólo metropolitano, complementar a Lisboa. Embora sejam evidentes os processos de relocalização económica, características da metropolização, a desconcentração do emprego atingiu essencialmente os concelhos limítrofes de Lisboa, permanecendo Cascais numa posição relativamente secundária. Este facto manifesta-se no acréscimo das deslocações casa-trabalho e casa-escola de saída dos residentes no concelho, entre 1991 e 2001. A leitura das matrizes de origens/destinos dos movimentos pendulares evidenciam esta situação com a redução do peso dos movimentos pendulares intra-concelhios de 59,1%, em 1991, para 57,1%, em 2001¹.

A menor competitividade económica de Cascais no contexto metropolitano – que não cabe aprofundar neste estudo – é particularmente relevante para a compreensão do quadro de vida territorialmente fragmentado das famílias, com implicações na definição das tipologias das Respostas Sociais mais adequadas e no ajustamento no funcionamento dos equipamentos e dos Respostas Sociais.

Conforme se tem apreendido noutras experiências, esta situação dever-se-á manter, independentemente do reforço do protagonismo económico-territorial que Cascais possa alcançar nos próximos anos, dado que as tendências de metropolização e de estruturação polinucleada, embora gerem novas oportunidades de emprego nos concelhos periféricos, não reduzem a mobilidade. Pelo contrário, geram um padrão de deslocações mais disperso e o aumento da distância, e, dos tempos de percurso dos movimentos pendulares, com impactes sobre o quotidiano das famílias.

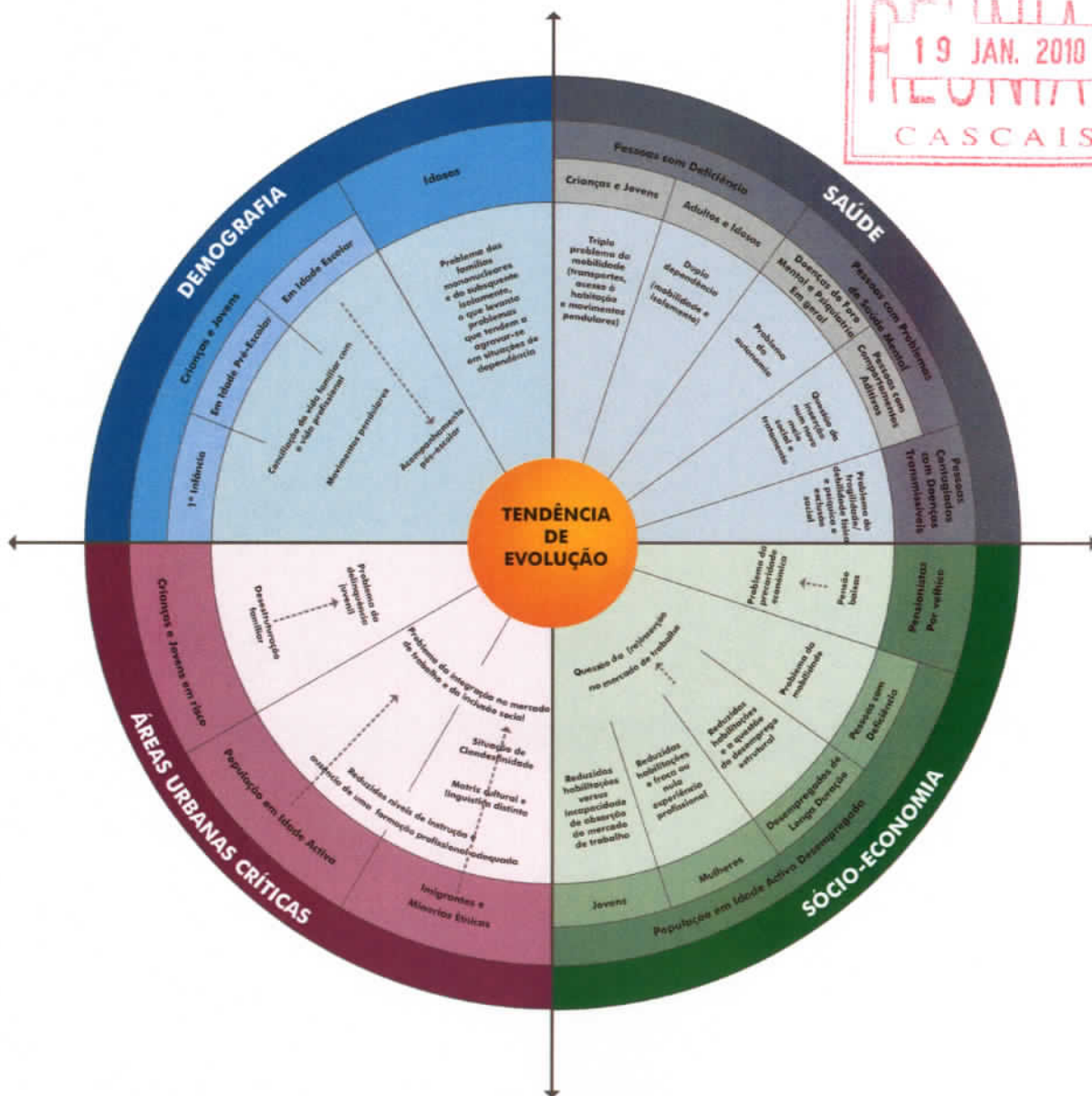


¹ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal (2003) – *Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto, 1991-2001*, edição preliminar.

2.1.2. As leituras relevantes

O diagnóstico da situação de referência do Concelho de Cascais constitui o primeiro passo metodológico da elaboração da Carta de Equipamentos e Serviços Sociais e, conjuntamente com o levantamento e avaliação dos equipamentos e Respostas Sociais existentes no concelho, servirá de base às fases seguintes. Esta primeira etapa assenta numa abordagem focalizada na obtenção de informação relevante para a programação dos equipamentos colectivos, excluindo-se abordagens extensivas e privilegiando-se as varáveis mais significativas. Desta forma, elegeram-se quatro leituras temáticas atendendo às virtudes que registam em termos de fornecimento de informação sobre as situações/públicos alvo que exigem soluções sociais adequadas, nomeadamente: as dinâmicas demográficas; as questões sócio-económicas; a saúde; as áreas urbanas em crise.

Figura 2 – Análise contextual orientada



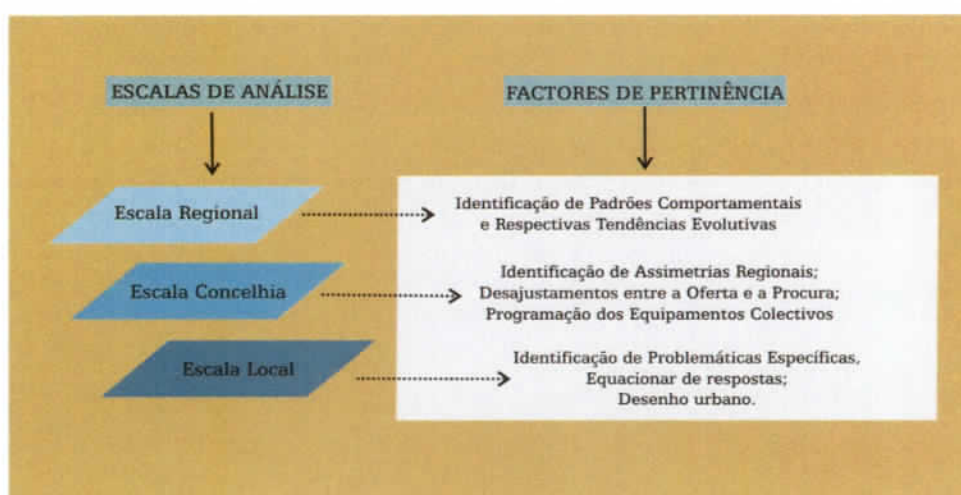
Para cada um destes domínios identificaram-se os principais públicos-alvo das Respostas Sociais, assim como as respectivas problemáticas associadas, que podem ter características específicas de um só grupo ou assumir um padrão transversal. Estas questões indicam-nos as tendências de evolução concelhia o que permite identificar os principais constrangimentos e potencialidades que se colocam à acção social do Concelho de Cascais, revelando os ajustamentos a efectuar no reordenamento da rede de equipamentos e Respostas Sociais.

2.1.3. As escalas pertinentes

A análise contextual considera as escalas regional, a concelhia e a local, permitindo obter-se a leitura mais adequada dos diferentes fenómenos com relevância para o estudo e registando os diferentes níveis de actuação.

Relativamente à escala regional, importa considerar que Cascais não pode ser dissociado do âmbito metropolitano em que se insere, dado que integra um sistema urbano regional e um mosaico de complementaridades que constitui o pano de fundo para a compreensão das tendências de evolução. Ao nível concelhio a leitura revela-se imprescindível, dado ser nesta escala que se identificam as assimetrias territoriais e os desajustamentos entre as procuras sociais e a oferta de equipamentos e Respostas Sociais e, em segundo lugar, porque é neste nível que se define o planeamento das estratégias urbanísticas e do desenvolvimento local. Finalmente, a escala local é extremamente importante, atendendo a que se trata do enfoque adequado para o diagnóstico de um conjunto de problemas de natureza específica, sendo a este nível que muitas das respostas deverão ser equacionadas. Acresce que a inserção espacial dos equipamentos, elemento fundamental para a integração social, exige leituras de carácter específico.

Figura 3 – Escalas de análise com interesse relevante

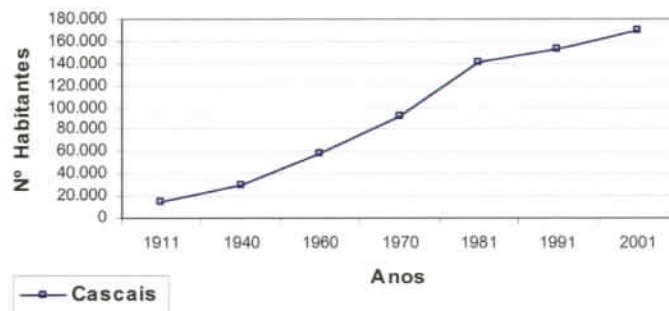


2.2. Dinâmicas demográficas

2.2.1. Análise diacrónica das dinâmicas demográficas

No decurso do último século, o Concelho de Cascais registou um crescimento demográfico significativo, tendo passado de 14.864 habitantes, em 1911, para 170.683 habitantes, em 2001. Todavia, foi somente a partir da década de sessenta que o acréscimo populacional se acentuou, à semelhança da AML. Porém, a dinâmica de crescimento de Cascais (186,3%), durante este período, foi amplamente superior à média metropolitana (76,1%), o que ilustra a transformação verificada no território.

Figura 4 – Evolução da população residente no concelho de Cascais, entre 1911 e 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação 2001.

O desenvolvimento populacional do concelho teve diferentes expressões territoriais ao longo do Século XX. O processo de urbanização começou por ocorrer, essencialmente, ao longo do litoral, entre Cascais e Carcavelos, beneficiando os núcleos mais antigos, piscatórios e de veraneio, que se expandiram progressivamente em resultado da sua situação e da criação, inicialmente, do caminho-de-ferro e, mais tarde, da Estrada Marginal. De um povoamento polinucleado avançou-se, progressivamente, para um *continuum* urbano, como é que comum neste tipo de situações.

Nos últimos anos com a expansão da rede de acessibilidades locais e regionais – em particular da A5 – o interior e o quadrante ocidental do concelho acolheram uma parte substancial do crescimento populacional e urbano. A leitura por freguesia confirma esta situação. De facto, o crescimento urbano na década de 90 foi particularmente intenso nas freguesias de São Domingos de Rana, Alcabideche e Cascais. A freguesia de Carcavelos também apresentou, embora com menor intensidade, uma taxa de crescimento positiva, beneficiando da maior proximidade a Lisboa e das dinâmicas de realocização. Com um desempenho oposto apresentam-se as freguesias da Parede e do Estoril que, com ocupações territoriais mais antigas, registaram decréscimos dos quantitativos populacionais, particularmente mais acentuados nos anos noventa.

Quadro 3 – População residente por freguesia no concelho de Cascais, em 1991 e 2001

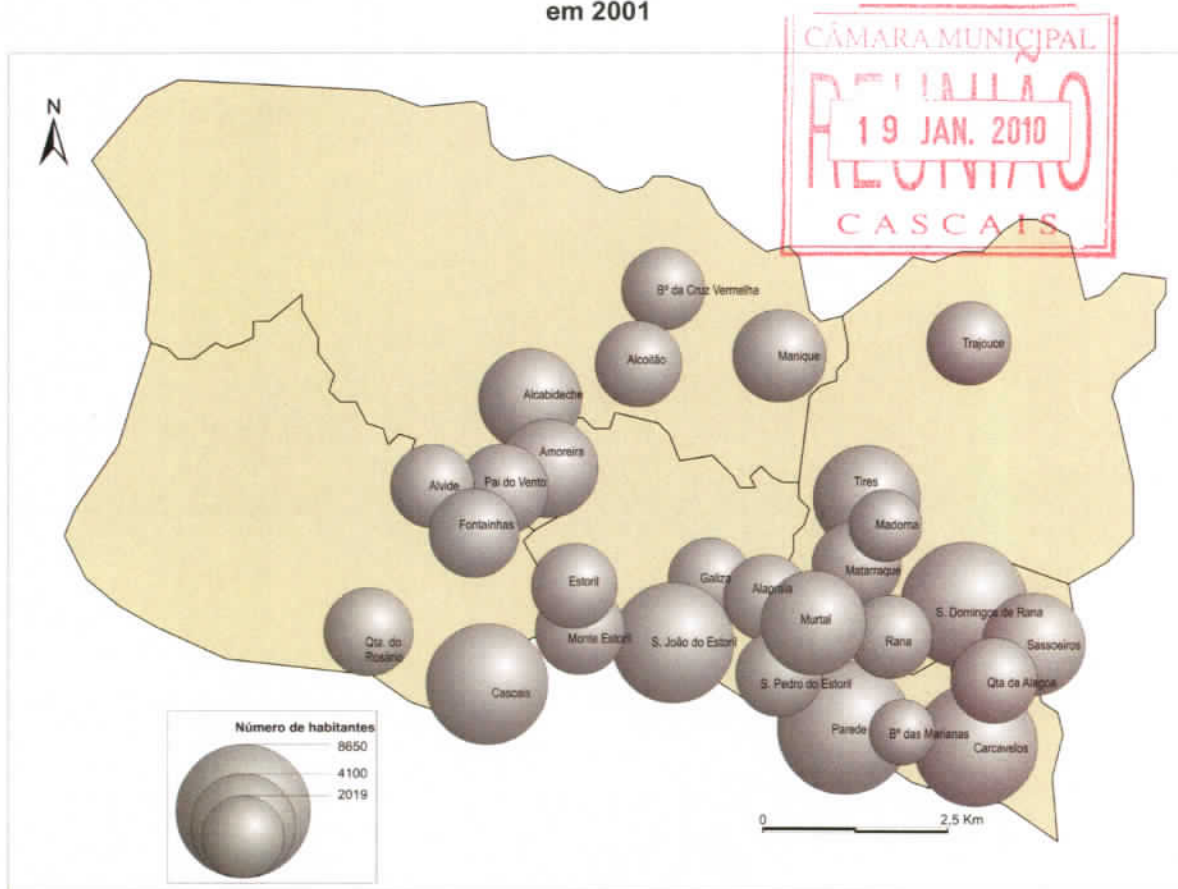
	Alcabideche	Carcavelos	Cascais	Estoril	Parede	S.D. Rana	Total
População Residente, 1970	17.195	7.170	20.735	15.440	13.950	18.140	92.630
População Residente, 1981	25.473	12.888	29.389	24.312	20.094	29.342	141.498
População Residente, 1991	26.897	18.014	27.741	23.962	20.742	35.938	153.294
População Residente, 2001	31.801	20.037	33.255	23.769	17.830	43.991	170.683
Variação Populacional (91/01)	18,2	11,2	19,9	-0,8	-14,0	22,4	11,3
Área Territorial (km ²)	39,3	4,5	20,4	9	3,6	20,4	97,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

O acréscimo populacional registado nas últimas décadas introduziu profundas transformações na distribuição da população e nas formas de povoamento do concelho. Entre os aspectos mais relevantes, assinala-se a diminuição da população a viver em lugares com menos de 1.000 habitantes (de 26,2% em 1960 passou para 19,8% em 2001) e, subsequentemente, uma proliferação de lugares com mais de 1.000 habitantes (de 16 lugares, em 1960, passaram para 56, em 2001) e uma concentração populacional em lugares com mais de 2.000 habitantes (59% do total da população concelhia, em 2001).

Presentemente, é junto ao litoral que se encontram os lugares mais densamente povoados, sendo sobretudo no sector sudeste que se regista o maior número de lugares com mais de 2.000 habitantes. Entre outros aspectos, tal facto pode ser explicado pelo crescimento urbano ter registado um desenvolvimento do litoral para o interior, resultante, numa primeira fase, da crescente procura turística, para fins balneares, observada desde o início do século XX, associada à qualidade heliotrópica do microclima da Parede, mas que, gradualmente, se estendeu às restantes freguesias litorais. No caso da freguesia de Carcavelos, a sua configuração urbana (88% da população da freguesia vive em lugares com mais de 2.000 habitantes) resulta da proximidade ao concelho de Oeiras, factor este que, especialmente a partir da década de oitenta, impulsionou a fixação de população na freguesia. Por outro lado, o facto de no sector poente se encontrar a maior parte do património natural do concelho, inserido no Parque Natural Sintra-Cascais, constitui uma importante condicionante à ocupação urbana desse quadrante.

Figura 5 – População a residir em lugares com mais de 2.000 habitantes, no concelho de Cascais, em 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

No que concerne à repartição da população por grupos etários, as principais transformações ocorridas ao longo da última década foram o aumento expressivo do número de idosos e a perda de importância populacional da população jovem. Estas dinâmicas demográficas, que traduzem a afirmação de uma sociedade tendencialmente envelhecida, registaram-se na generalidade do país. Cascais, comparativamente com a Grande Lisboa e com o país, tem mantido um dinamismo ainda assim mais favorável apresentando em 2001, tal como em 1991, um índice de envelhecimento inferior.

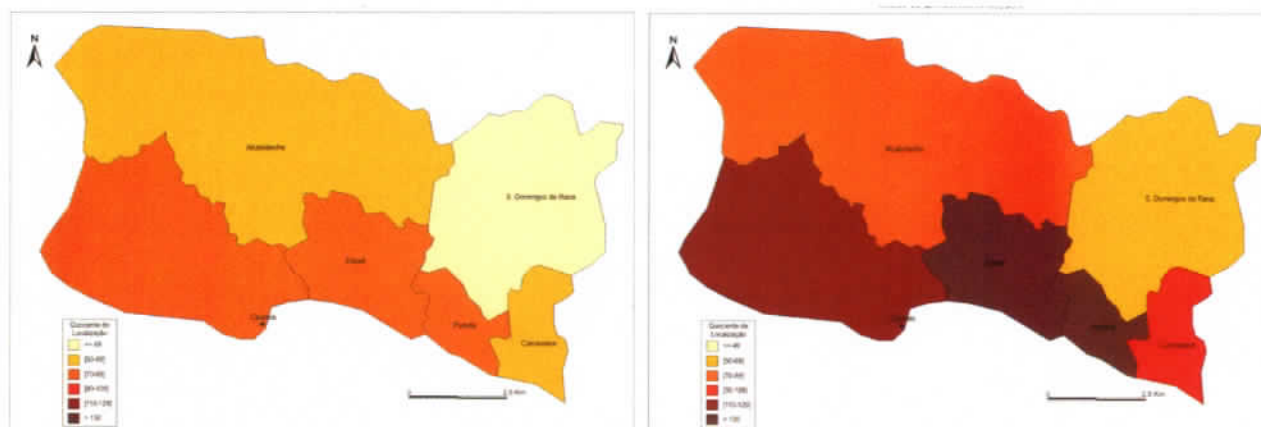
Quadro 4 – Índice de envelhecimento populacional, em 1991 e 2001

Unidade Geográfica	População Jovem		População Idosa		Índice de Envelhecimento	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Continente	1.846.800	1.557.934	1.283.127	1.628.596	69,5	104,5
Grande Lisboa	322.709	277.830	233.579	299.150	72,4	107,7
Cascais	28.106	25.801	17.717	25.757	63,0	99,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação, 1991 e 2001.

O envelhecimento populacional é uma realidade transversal a todas as freguesias. Este fenómeno acentuou-se claramente na última década, registando, no entanto, uma incidência espacial diferenciada, sendo possível identificar dois padrões territoriais. Por um lado, as freguesias do interior (Alcabideche e São Domingos de Rana) com índices de envelhecimento moderados, o que resulta de uma estrutura etária pautada por uma proporção de jovens superior à dos idosos. Por outro lado, as freguesias situadas no litoral (Cascais, Estoril, Parede e Carcavelos) que apresentam índices substancialmente mais elevados, o que exprime o decréscimo populacional no escalão etário dos 0 aos 14 anos e a superioridade, face a este, do grupo etário com 65 ou mais anos. Nesta segunda tipologia, é possível individualizar as freguesias do Estoril e da Parede, dados os elevados índices aí registados, em 2001.

Figura 6 – Índice de envelhecimento populacional em Cascais, por freguesia, em 1991 e 2001

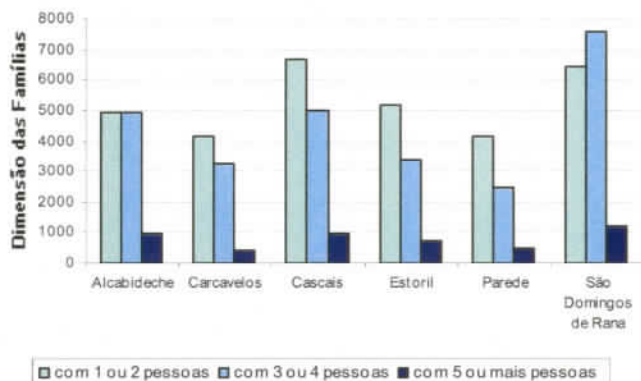


Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação, 1991 e 2001

À semelhança dos restantes concelhos da Área Metropolitana de Lisboa verificou-se em Cascais, na última década, um aumento das famílias (acréscimo de 22,9%) e uma tendência para a nuclearização e diversificação das tipologias familiares. À escala das freguesias, uma vez mais, assiste-se à reprodução do padrão territorial pautado pela divisão entre o interior e o litoral. Enquanto que nas freguesias do litoral existe um predomínio das famílias de pequena dimensão (1 ou 2 pessoas), nas freguesias de

Alcabideche e de São Domingos de Rana verifica-se uma maior ocorrência das famílias mais numerosas, com 3 ou 4 pessoas.

Figura 7 – Famílias clássicas residentes, segundo a sua dimensão, por freguesia de Cascais, em 2001

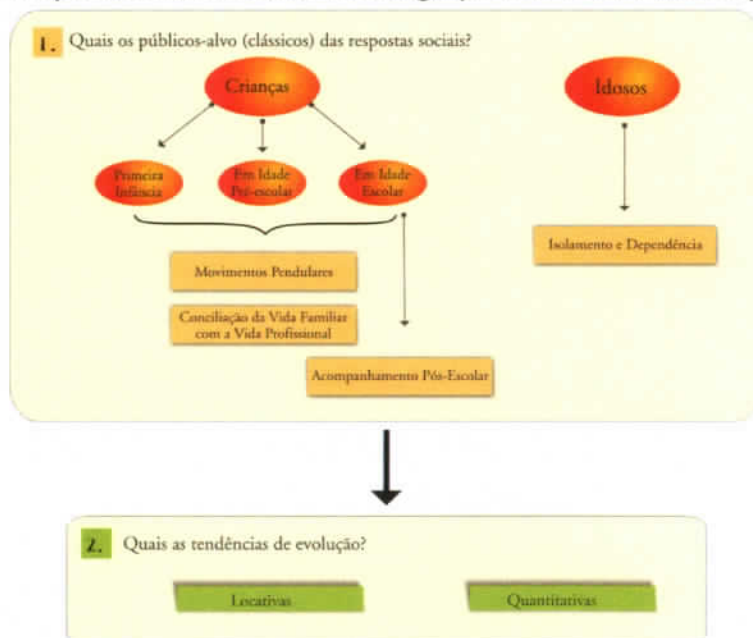


Fonte: Câmara Municipal de Cascais – Atualização do Diagnóstico Social de Indicadores do Concelho, 2005.

2.2.2. Análise das principais problemáticas associadas às dinâmicas demográficas

A acção social está organizada segundo respostas a problemas específicos que atingem grupos sociais relativamente homogéneos nas suas características sociais ou económicas. Determinados grupos etários, face às suas particularidades, apresentam maiores fragilidades de âmbito social compondo grupos-alvo de equipamentos, programas e Respostas Sociais. A análise demográfica que seguidamente se desenvolve incide sobre os dois principais grupos etários que carecem de atenção social: os idosos e as crianças. O padrão locativo e a evolução quantitativa destes dois grupos são as leituras mais relevantes nesta fase dos trabalhos.

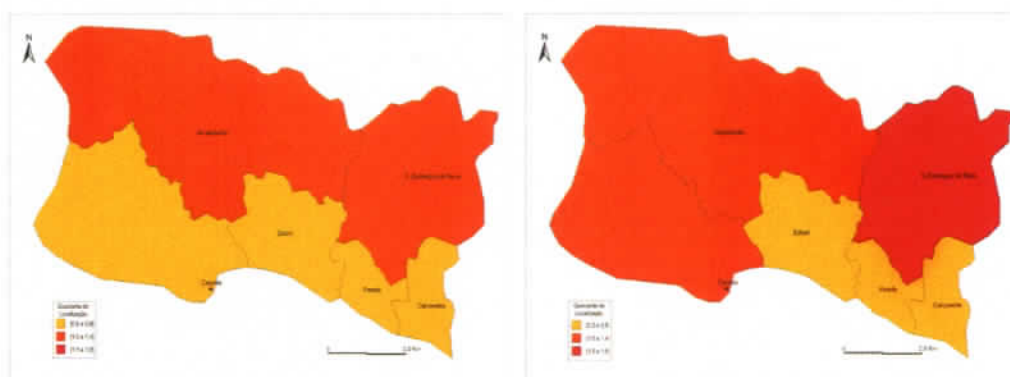
Figura 8 – Principais problemáticas associadas a grupos etários relevantes para a Carta Social



Crianças

A entrada das mulheres no mercado de emprego, o que constitui um direito que possuem e um factor pertinente para o crescimento económico, implica que se encontrem mecanismos de resposta para as tarefas tradicionalmente desempenhadas no contexto familiar. Este aspecto tem particular incidência no Concelho de Cascais, onde o crescimento da taxa de actividade feminina foi bastante expressivo nas últimas décadas, tendo passado de 36,6% em 1981 para 49,1% em 2001.

Figura 9 – Quocientes de localização da população dos 0 e os 14 anos, em Cascais, em 1991 e 2001



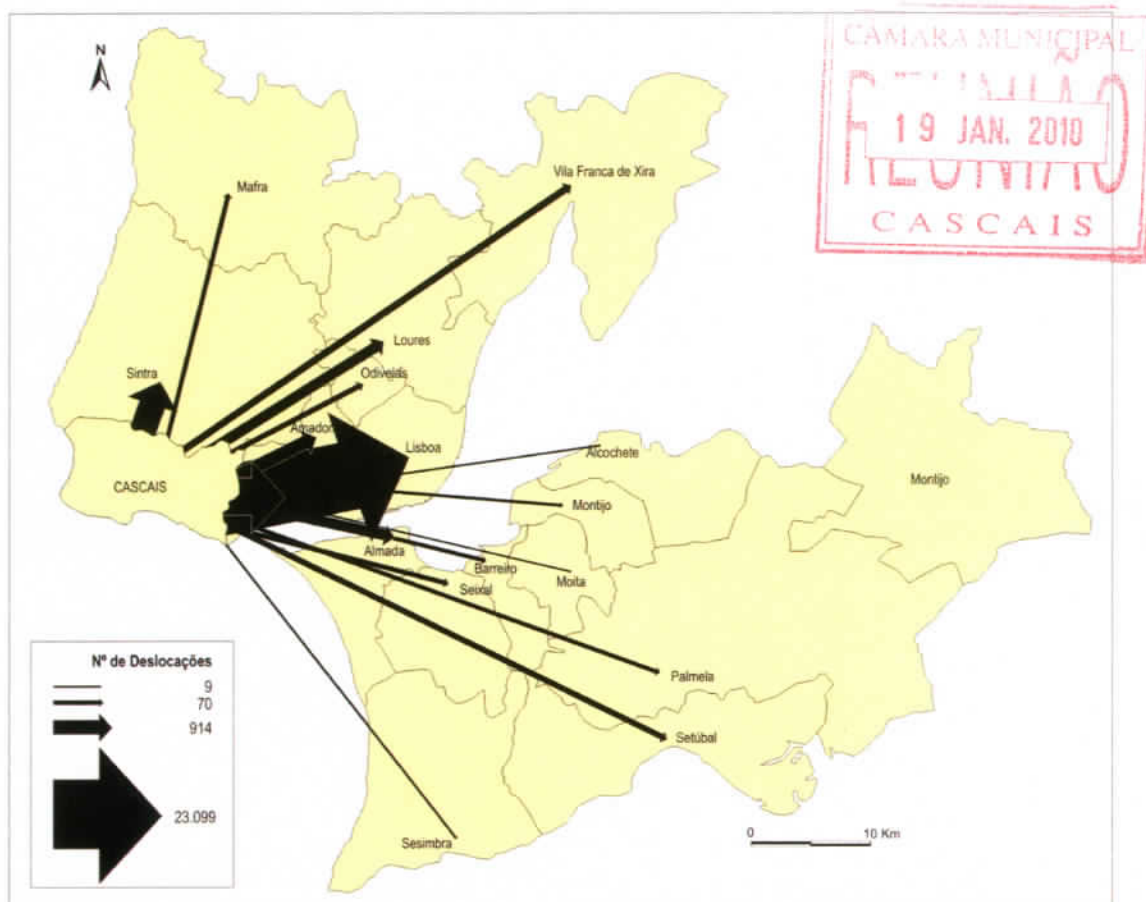
Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação, 1991 e 2001.

Estas novas necessidades das famílias motivaram a criação de várias Respostas Sociais dirigidas à 1ª infância (crianças com idades até aos 3 anos), como os berçários e as creches, como também direccionados às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e os 5/6 anos (idade de ingresso no ensino básico), como sendo os jardins-de-infância. A existência de uma rede deste tipo de equipamentos sociais ajustada à procura reveste-se de elevada importância, atendendo a que uma parcela significativa da população activa trabalha/estuda fora do concelho, designadamente, 27% em Lisboa, 8% em Oeiras e 4% em Sintra. Tal facto faz com que algumas crianças frequentem equipamentos sociais localizados na proximidade dos locais de trabalho dos pais, ficando sujeitas a pendularizações. Com efeito, constata-se que embora ocorram entradas, por motivos de trabalho/estudo, significativas no concelho, as saídas são superiores (26% e 43%, respectivamente²).



² Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal (2003) – *Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto, 1991-2001*, edição preliminar.

Figura 10 – Movimentos casa-trabalho ou casa-escola com origem no concelho de Cascais e com destino os concelhos da AML, em 2001

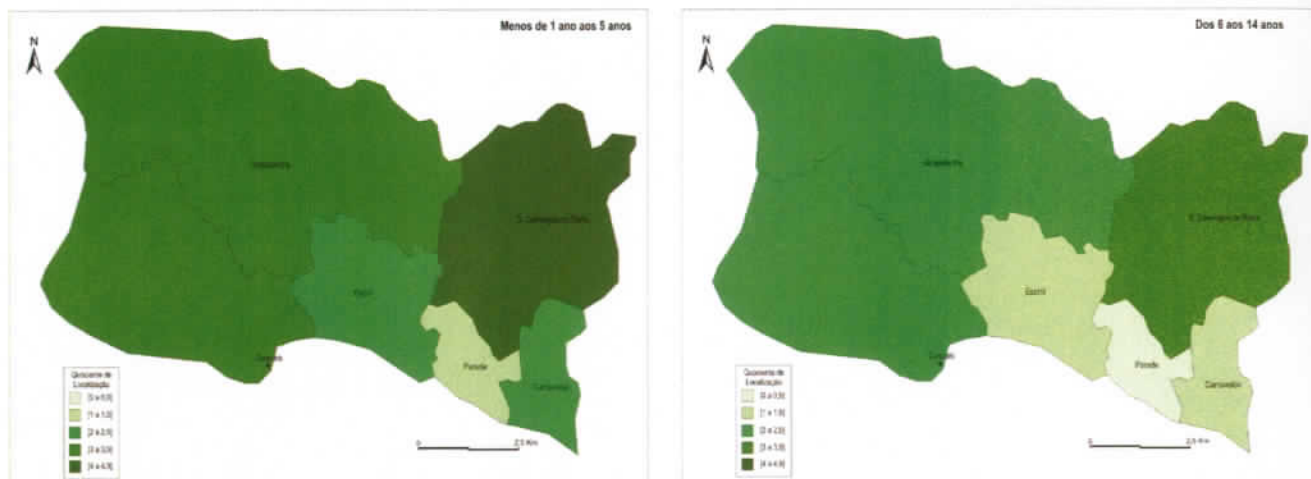


Fonte: Instituto Nacional de Estatística – 2001.

Estas transformações na organização familiar têm criado a necessidade de desenvolver Respostas Sociais também direccionadas para *crianças em idade escolar*, com o objectivo de apoiar as famílias e a acção educativa dos equipamentos de ensino, no acompanhamento pós-escolar. Neste sentido, surgiram equipamentos destinados a proporcionar actividades de animação sócio-cultural e de pedagogia nos períodos livres das responsabilidades escolares. Exemplificam esta situação os centros de A.T.L. (Actividades de Tempos Livres), as ludotecas, os clubes de jovens e os centros de férias.

No Concelho de Cascais, a população com cinco ou menos anos de idade e em idade escolar apresenta padrões locativos semelhantes. O grupo com idades compreendidas entre 1 e os 5 anos de idade regista uma sobre-representação em todo o concelho. Todavia, identificam-se importantes disparidades entre as freguesias, nomeadamente, entre a Parede, na qual se regista a menor incidência deste grupo, e São Domingos de Rana onde os níveis de concentração espacial atingem os valores mais elevados. A análise da localização da população em idade escolar (com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos) no concelho revela uma sobre-representação desta na maioria das freguesias. As realidades mais distintas registam-se, uma vez mais, entre a freguesia da Parede, a única que apresenta uma sub-representação deste grupo, e a freguesia de São Domingos de Rana, que se destaca no contexto concelhio pela elevada proporção deste grupo populacional.

Figura 11 – Quocientes de localização da população com idades compreendidas entre 1 e 5 anos e os 6 e os 14 anos de idade, no concelho de Cascais, em 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

Idosos

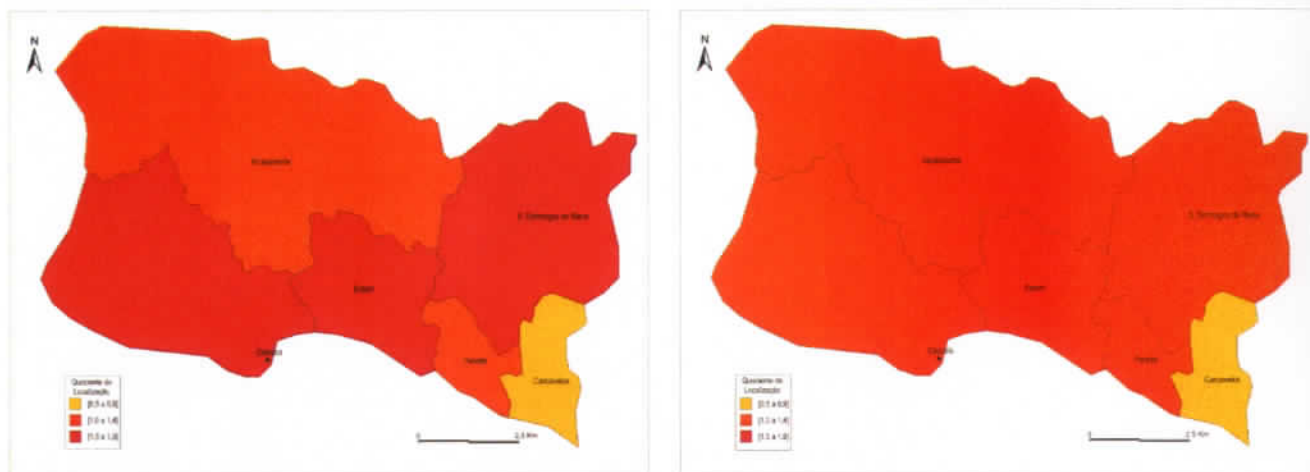
Um dos fenómenos demográficos que mais tem marcado as últimas décadas, sobretudo, nas sociedades mais desenvolvidas, é o envelhecimento demográfico. Este é um fenómeno caracterizado por um lado pela tendência para a diminuição das taxas de natalidade e, por outro, para o aumento da esperança média de vida, em resultado da melhoria generalizada das condições de vida e do acompanhamento médico.

Ilustrando esta realidade, entre 1991 e 2001, o país e a Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) registaram um aumento significativo da população com 65 ou mais anos. Este grupo que, em 1991, constituía 13,7% e 13,2% da população total do país e da RLVT, passou para 16,5% e 16,3%, em 2001. De igual modo, o Concelho de Cascais tem registado uma forte incidência desta tendência. Embora a proporção de idosos na estrutura etária seja menor (15,1%) do que nas escalas de análise anteriores, constata-se que, entre 1991 e 2001, se registou uma variação mais significativa deste grupo populacional (45,4%).

A análise evolutiva dos quocientes de localização da população idosa no concelho, entre 1991 e 2001, evidencia a tendência de reprodução da realidade concelhia – elevadas percentagens de idosos - em todas as freguesias, daí resultando uma homogeneização intra-concelhia (aproximação geral ao quociente de localização 1). Todavia, em 2001, mantinham-se importantes disparidades intra-concelhias. Enquanto a freguesia de Carcavelos registava uma sub-representação, já observada em 1991, todas as restantes freguesias registavam uma forte concentração de população idosa.



Figura 12 – Quocientes de localização da população idosa, no concelho de Cascais, em 1991 e 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação, 1991 e 2001.

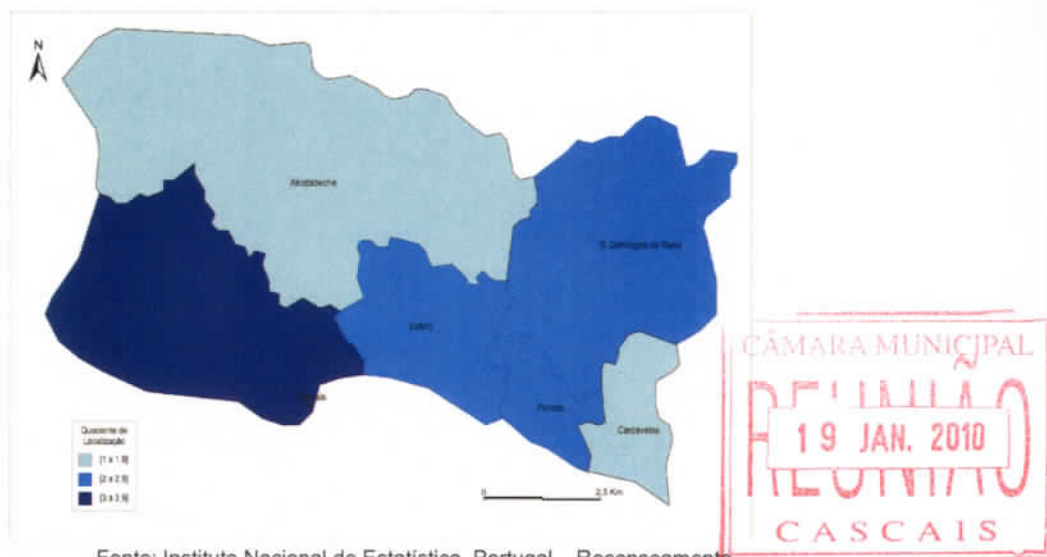
Paralelamente a este quadro demográfico, nas sociedades mais desenvolvidas, nas últimas décadas, tem-se observado uma reconfiguração das estruturas e das relações familiares. A crescente autonomização geográfico-habitacional das diferentes gerações que compõem os núcleos familiares tradicionais e que têm conduzido ao enfraquecimento dos contactos familiares, o crescimento da taxa de actividade feminina, entre outros aspectos, conduziram a um menor acompanhamento dos idosos. Este facto adquire contornos particularmente relevantes do ponto de vista social, sobretudo, quando a estes aspectos acresce tratar-se de uma população que não é autónoma.

Como consequência das transformações registadas, tem-se verificado um aumento do número de famílias clássicas constituídas só por idosos, contribuindo para o aumento das famílias unipessoais com 65 ou mais anos e das famílias, que embora constituídas por mais do que uma pessoa, todas elas são idosos. Entre 1991 e 2001, este fenómeno acentuou-se claramente em Portugal Continental e na Região de Lisboa e Vale do Tejo, pois registou-se um aumento da proporção das famílias unipessoais idosos (de 7,7% e 7,5% passaram para 8,9% e 9,1%, respectivamente). Em Cascais, embora não existam estudos específicos sobre esta temática, em 2001, apresentava uma das percentagens mais elevadas de famílias idosos unipessoais (7,7%) da Área Metropolitana de Lisboa, embora inferior à de Lisboa (14,4%)³.

Uma leitura intra-concelhia permite verificar que, de acordo com os Censos de 2001, as famílias unipessoais idosos eram uma realidade que surgia sobrerrepresentada em todas as freguesias. Todavia, é na freguesia de Cascais que esta tipologia familiar está mais concentrada o que traduz, simultaneamente, a relevância da população idosa na estrutura etária da freguesia e o seu povoamento e urbanização mais antigo.



³ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal - Recenseamento da População e da Habitação, 1991 e 2001.

Figura 13 – Quociente de localização das famílias unipessoais idosas, em Cascais, em 2001

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

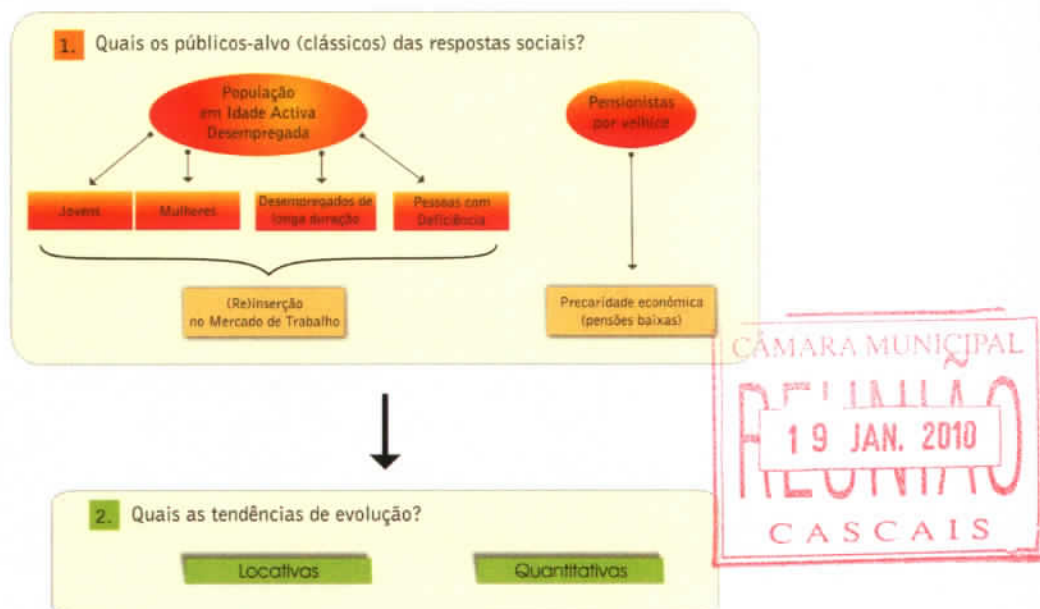
Se às pessoas idosas que vivem sós se associarem as situações de diminuição da mobilidade, aumenta a probabilidade de dependência e isolamento social, aspecto que deverá ser tido em conta por parte das redes sociais. Procurando manter esta população activa e participante na vida social, e prestar-lhes cuidados de assistência física, psicológica e social, têm sido criadas respostas específicas, como centros de dia e de convívio, lares, centros de férias e Respostas Sociais de apoio domiciliário. Denotando uma acentuada preocupação com estas questões, tem-se promovido, em Cascais, a diversificação das Respostas Sociais destinadas aos idosos.

2.3. Questões sócio-económicas

As alterações nas estruturas económicas, registadas no último quartel do século XX, produziram impactes muito significativos no mercado de emprego. O fim das formas tradicionais de organização do mercado de trabalho e a necessidade de uma maior flexibilidade dos trabalhadores, em termos de qualificações técnicas e mobilidade geográfica, geraram um acréscimo de excluídos do mercado de emprego.

Subsequentemente, embora o desemprego e a precariedade económica desde sempre tenham constituído questões centrais nas políticas sociais, estes apresentam-se hoje como fenómenos mais complexos e indissociáveis de múltiplos riscos sociais, exigindo uma abordagem integrada e promotora de respostas não meramente reparadoras, mas preventivas e dignificadoras. Deste modo, é fundamental para o alcance da eficácia desta Carta a análise dos públicos-alvo – *população em idade activa desempregada* (jovens, mulheres, desempregados de longa duração, pessoas com deficiência) e *pensionistas por velhice* –, e de respostas relativas às questões sócio-económicas, uma vez que a cada um deles se encontra associado um conjunto de questões específicas, com padrões locativos e quantitativos próprios.

Figura 14 – Principais problemáticas associadas às questões sócio-económicas relevantes para a Carta Social



População em Idade Activa Desempregada

Entre 1991 e 2001, registou-se um aumento do desemprego no país com um acréscimo de 27%. Ao nível regional, constata-se que logo a seguir ao Alentejo, que registou uma diminuição do desemprego (variação de -10,6%), Lisboa e Vale do Tejo apresenta a realidade menos negativa, uma vez que teve o aumento mais moderado do número de desempregados (acréscimo de 15%).

Quadro 5 – Taxa de Desemprego (em sentido lato), em 1991 e 2001 (%)

Unidades Geográficas	Taxa de Desemprego	
	1991	2001
Portugal	6,1	6,8
Lisboa (NUTE II)	7,7	7,6
Grande Lisboa	6,9	7,1
Lisboa	7,3	7,4
Cascais	6,9	6,9
Oeiras	6,9	7,1
Sintra	6,6	7,1
Amadora	6,8	7,8
Odivelas	6,2	6,7
Loures	6,2	7,0
Mafra	4,6	4,5
Vila Franca de Xira	8,9	6,7

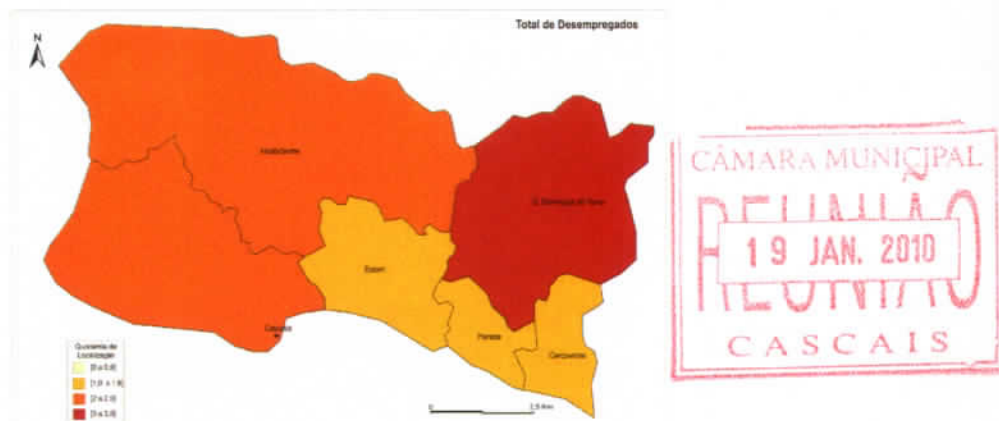
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Retratos Territoriais, 2001.

No mesmo período, a taxa de desemprego manteve-se estável em Cascais, enquanto que nos concelhos limítrofes (Oeiras e Sintra) se verificou um aumento. O mesmo ocorreu nos restantes concelhos da Grande Lisboa (com excepção dos concelhos de Mafra e Vila Franca de Xira, que registaram um decréscimo).

O padrão locativo do desemprego em Cascais denota uma incidência espacial diferenciada e simultaneamente uma sobre-representação deste fenómeno em todas as freguesias. As situações mais

dísparos são verificam-se na freguesia de São Domingos de Rana, que regista a maior concentração de desempregados, e nas freguesias do Estoril, Parede e Carcavelos que constituem o eixo de menor incidência desta problemática. As freguesias de Alcabideche e Cascais encontram-se numa situação intermédia, embora registem também importantes quantitativos de população desempregada.

Figura 15 – Quociente de localização do desemprego, no concelho de Cascais, em 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal, Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

Jovens

A abordagem que aqui é feita limita-se aos jovens desempregados, entendendo-se por tal, a população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos de idade que se encontram à procura do primeiro emprego. Dada a diversidade de situações abrangidas e os diferentes problemas decorrentes de cada uma delas, foram privilegiadas duas perspectivas: jovens que abandonam precocemente o sistema de ensino e jovens detentores de formação académica, mas desprovidos de experiência profissional.

De acordo com as estatísticas do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), nos últimos anos, os desempregados à procura do primeiro emprego têm diminuído no país. No contexto de Portugal Continental, a Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta um posicionamento intermédio, pois no período compreendido entre 1999 e 2004, teve um decréscimo de -9%, enquanto que o Algarve apresentou a variação menos significativa (-3,5%) e o Alentejo foi a que conheceu a maior redução de desempregados nesta situação (decréscimo de -37%).

À escala concelhia, a população jovem desempregada, em 2001, registava uma significativa expressão, constituindo 25,3% do total da população desempregada⁴. Contudo, Cascais apresenta-se bem posicionado no contexto metropolitano, dado que era o segundo concelho com menor percentagem de população jovem desempregada, em 2001. De acordo com o último recenseamento da população, apenas 1,9% das famílias clássicas de Cascais tinham um ou mais elementos à procura do primeiro emprego. Acresce que somente 7,6% dos beneficiários das prestações de desemprego no concelho eram jovens, em 2003. Estes factores ilustram com nitidez a limitada expressão deste fenómeno em Cascais.

A população jovem desempregada que efectuou uma saída prematura do sistema educativo tem pouca expressão no concelho, uma vez que do universo populacional de jovens desempregados somente

⁴ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

28,5% frequentou a escola apenas até ao ensino básico. Todavia, este aspecto deve constituir uma questão de relevo na Carta Social, uma vez que as entradas no mercado de trabalho com baixas qualificações produzem, a curto e médio prazo, uma multiplicidade de impactes negativos de grande relevância. Estes jovens ficam condicionados a empregos menos apelativos e mal remunerados, além de que retarda as necessárias reestruturações do mercado de trabalho.

A sub-categoria da população jovem que entra mais tardiamente no mercado de trabalho, dada a sua moratória educacional, depara-se com um forte desajustamento entre as suas qualificações e as necessidades efectivas do mercado de emprego. Este facto provém, em primeiro lugar, de não possuírem experiência profissional, exigência que o mercado parece valorizar, e, em segundo, da incapacidade do mercado em absorver profissionais qualificados. A desilusão, associada às expectativas com a obtenção de níveis de instrução elevados, acaba por estimular comportamentos de abandono precoce do sistema de ensino. Em Cascais 71,5% da população jovem desempregada apresenta como níveis de instrução o ensino secundário ou superior, o que denota a preponderância deste fenómeno.

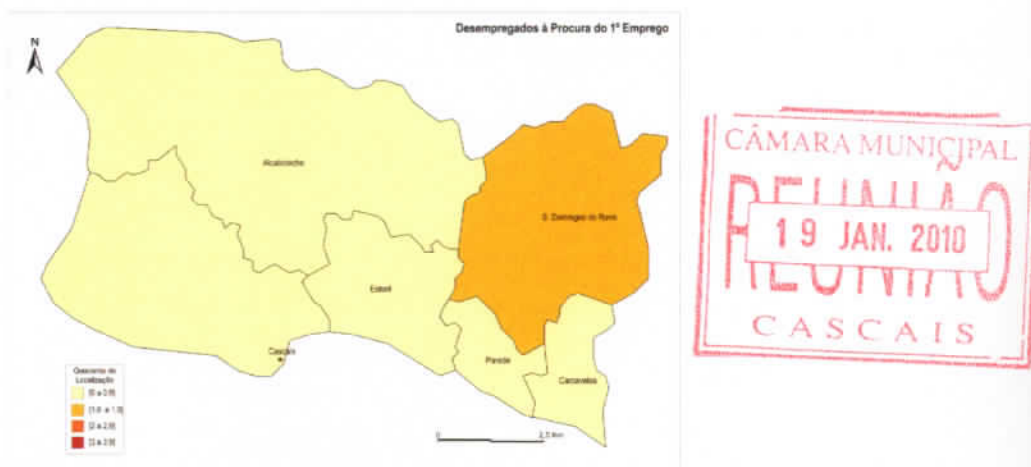
Quadro 6 – População jovem desempregada, segundo níveis de instrução, no concelho de Cascais, em 1991 e 2001

Indicadores	2001	
	N.º	%
População Jovem Desempregada – HM	1.587	100,0
População Jovem Desempregada, com Ensino Básico – HM	451	28,4
População Jovem Desempregada, com Ensino Secundário – HM	675	42,5
População Jovem Desempregada, com Ensino Superior – HM	459	29,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

O padrão locativo dos desempregados à procura do primeiro emprego evidencia, especialmente, uma subrepresentação deste fenómeno em todas as freguesias do concelho. São Domingos de Rana constitui excepção a este padrão, na medida em que é a única freguesia do concelho onde se observa uma sobrerepresentação deste fenómeno (quociente de localização de 1,2).

Figura 16 – Quociente de localização dos desempregados à procura do 1º emprego, no concelho de Cascais, em 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.